

AVALIAÇÃO ATUARIAL

Data Focal: 31/12/2018

**Município de
ITABELA - BA**

Sumário

1. OBJETIVO	4
2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	4
3. OBSERVAÇÕES SOBRE O RPPS INSTITUÍDO	5
4. BASE CADASTRAL, DADOS UTILIZADOS, ESTATÍSTICAS E ESTIMATIVAS	6
4.1. Dados Fornecidos	6
4.2. Estatísticas e Estimativas	7
4.2.1. Relativas aos Segurados Ativos	7
Quadro Q01 - Segurados Ativos	7
Quadro Q02- Segurados Ativos Professores	7
Quadro Q03 - Número de Segurados Ativos Admitidos por Ano.....	8
Quadro Q04 - Segurados Ativos com Remuneração Acima do Teto do RGPS	8
Quadro Q07 - Estimativa de Aposentadorias dos Atuais Segurados Ativos, para um Horizonte Temporal de 35 anos	9
4.2.2. Relativas aos Segurados Inativos	10
Quadro Q08 - Inativos.....	10
Quadro Q08-A - Numero de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano, POR Sexo e Tipo de Aposentadoria	10
Quadro Q08-B - Número de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano.....	10
Quadro Q09 - Benefícios de Aposentadoria Acima do Teto do RGPS.....	11
Quadro Q10 - Estimativa de Novos Benefícios de Aposentadoria Voluntária, relativos à massa de Ativos, por tipo de benefício	11
4.2.3. Relativas aos Pensionistas	11
Quadro Q11 - Pensionistas.....	11
Quadro Q12 - Número de Benefícios de Pensão iniciados no ano.....	12
Quadro Q13 - Estimativa de Saídas e Redução de Encargos da Atual Massa de Pensionistas	12
Quadro Q14 - Benefícios de Pensão Acima do Teto do RGPS.....	12
Quadro Q15 - Estatísticas de Processos de Pensão	12
5. PLANO DE BENEFÍCIOS	13
5.1 Aposentadoria por Tempo de Contribuição	13
5.2 Aposentadoria por Invalidez.....	13
5.3 Aposentadoria Compulsória	15
5.4 Aposentadoria por Idade.....	15
5.5 Pensão por Morte.....	16
5.6 Auxílio Doença.....	16
5.7 Auxílio Reclusão	17
5.8 Salário-Maternidade	17
5.9 Condições de Elegibilidade e Regras de Transição	17
5.10 Regras Permanentes.....	19
5.11 Regras de Transição.....	23
5.12 Direito Adquirido	27
6. HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS	34
6.1 Taxa Real de Juros	34

6.2 Crescimento dos Salários (Crescimento da Remuneração ao Longo da Carreira).....	34
6.3 Crescimento dos Benefícios.....	34
6.4 Turn-over (Rotatividade).....	34
6.5 Compensação Financeira.....	34
6.6 Novos Entrados & Crescimento da Massa de Servidores & Gerações Futuras.....	34
6.7 Bases Biométricas.....	35
6.8 Composição Familiar.....	35
6.9 Capacidade Salarial.....	36
6.10 Capacidade de Benefício.....	36
6.11 Estimativa de Crescimento Real do Teto do RGPS.....	36
6.12 Outras Hipóteses e Considerações.....	36
7. REGIMES FINANCEIROS.....	37
8. PLANO DE CUSTEIO E RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	38
8.1 Valores Resultantes da Avaliação Atuarial.....	38
Quadro Q16 - Valores Resultantes da Avaliação Atuarial.....	38
8.2 Análise Comparativa e Posição do Plano de Benefícios Plano de Custeio.....	39
Quadro Q17 - Análise Comparativa com os Últimos Exercícios.....	39
Quadro Q18 - Análise Comparativa Sintética dos Últimos Exercícios.....	40
8.3 Plano de Custeio.....	41
Quadro Q19 - Plano de Custeio.....	41
Quadro Q20 - Alíquotas de Contribuição.....	42
Quadro Q21 - Evolução do Plano de Custeio.....	42
Quadro Q22A - Plano de Amortização.....	43
9 PROVISÕES, FUNDOS E RESERVAS TÉCNICAS.....	43
9.1 Posição das Provisões, Fundos e Reservas Técnicas.....	43
Quadro Q24 - Provisão / Fundo / Reserva – Geração Atual.....	44
9.2 Reservas e Provisões.....	44
9.2.1 Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.....	44
9.2.2 Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.....	44
9.2.3 Reserva de Contingência.....	45
9.2.4 Reserva para Ajustes do Plano.....	45
10 RENTABILIDADE DOS ATIVOS E A META ATUARIAL.....	45
11 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	46
12 PARECER E CONCLUSÕES.....	47
ANEXOS.....	1
Quadro Q24-A – Escrituração Contábil.....	1
Quadro Q25 – Frequência e Folha Mensal de Salários de Contribuição de Ativos, por Idade e Sexo.....	2
Quadro Q28 – Frequência e Folha de Aposentados, por Sexo e Idade.....	4
Quadro Q29 – Frequência e Folha de Pensionistas, por Sexo e Idade.....	5
Quadro Q30 - Demonstrativo da Projeção Atuarial de Receitas e Despesas (RREO–Anexo 10-LRF, art. 53, §1º, II) 6	6

AVALIAÇÃO ATUARIAL

Fundo Previdenciário

1. OBJETIVO

O presente estudo tem como finalidade reavaliar o plano de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do município de Itabela – BA, gerido pela Caixa de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - CAPREMI, na data focal de 31/12/2018, à luz das disposições legais da Emenda Constitucional nº 20/98, da Emenda Constitucional nº 41/03, da Emenda Constitucional nº 47/05, da Lei Complementar Federal Nº 101/00, da Lei Federal nº 9.717/98, da Portarias MPS nº 402/08 e nº 403/08 e da Lei Municipal 316/05, e da legislação municipal pertinente, todas com a redação vigente na data focal da presente avaliação.

Deve-se salientar que, em que pese a Portaria MPS 403/08 ter sido revogada em 19/11/2018 com o advento da Portaria MF 464/2019, a adoção das disposições da Portaria 403/08 na presente avaliação é válida, segundo parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional exarada no SEI Nº 24/2019/CAP/PACTP/PGFN-ME, de 27 de fevereiro de 2019.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Apenas para os fins deste estudo, definimos e/ou conceituamos:

- a) Participantes-titulares: são os servidores ativos e inativos, seguradas do RPPS;
- b) Participantes-dependentes: são as pessoas físicas, dependentes e com vínculo direto aos participantes-titulares, nos termos da Lei;
- c) Empregadores ou Ente Patronal: o ente, incluídos suas autarquias e órgãos, ao qual estão vinculados os participantes-titulares e que contribuem para o RPPS;
- d) Salário de Contribuição ou Remuneração de Contribuição (SC): no caso de servidor ativo, é remuneração sobre a qual será aplicada a alíquota de contribuição e que servirá de base para o cálculo de seu benefício. No caso dos aposentados e pensionistas, é o valor do benefício recebido e que, se superior ao teto do Regime Geral de Previdência (RGPS), sofrerá desconto de contribuição na alíquota pertinente, na parcela que exceder ao teto do RGPS;
- e) Ativo Líquido: bens e direitos do RPPS, líquidos dos exigíveis operacionais e contingenciais, dos fundos e provisões, que serão utilizados na apuração do resultado do RPPS;
- f) Contribuição Normal ou Custo Normal: montante ou percentual destinado a custear os benefícios, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado;
- g) Contribuição Suplementar, Extraordinária ou Custo Suplementar: montante em espécie ou percentual (a ser aplicado sobre a folha de salários de contribuição dos servidores ativos) destinado a amortizar déficits ou insuficiências apuradas;

- h) Passivo Atuarial: valor atual dos benefícios futuros, líquido do valor atual das contribuições normais e suplementares futuras, de acordo com os métodos e hipóteses atuariais adotados, acrescido do valor atual do resultado (positivo ou negativo) da compensação previdenciária (estimada ou efetiva);
- i) Déficit Técnico: diferença entre o Ativo Líquido e o Passivo Atuarial, se negativa;
- j) Superávit Técnico: diferença entre o Ativo Líquido e o Passivo Atuarial, se positiva;
- k) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder: é a diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos benefícios futuros, a conceder aos participantes-titulares não classificados como riscos iminentes, o valor atual das contribuições normais e especiais futuras e o resultado da compensação previdenciária estimada (positivo ou negativo) entre o RPPS e o RGPS relativa a benefícios a conceder;
- l) Reserva de Matemática de Benefícios Concedidos: é a diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos compromissos futuros para com os participantes em benefício e para com os participantes-titulares em atividade, classificados como riscos iminentes, o valor atual das contribuições normais e especiais futuras dos respectivos participantes e o resultado da compensação previdenciária estimada (positivo ou negativo) entre o RPPS e o RGPS relativa a benefícios concedidos;
- m) Mínimo, Exigível ou Meta Atuarial: é a rentabilidade nominal mínima que o ativo líquido deve apresentar de forma a dar consistência ao plano de benefícios e ao plano de custeio, de maneira a garantir o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela Lei Complementar Federal 101/00;
- n) Ativos: participantes-titulares em plena atividade profissional. Nesta categoria estão também incluídos os participantes vinculados e/ou licenciados, por qualquer razão;
- o) Inativos ou Aposentados: participantes-titulares que já se encontram aposentados;
- p) Pensionistas: os dependentes de participante-titular que auferem benefício de pensão por morte.

3. OBSERVAÇÕES SOBRE O RPPS INSTITUÍDO

A Lei Municipal nº 316, de 26 de dezembro de 2005, reestruturou o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores municipais de Itabela, sendo o mesmo gerido pela Caixa de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - CAPREMI, autarquia municipal.

Além do plano de benefícios previdenciários do RPPS do município, a CAPREMI gere também plano de assistência médica, com recursos segregados das contas previdenciárias.

Na data focal da presente avaliação, haviam débitos pendentes do Ente empregador com o RPPS / CAPREMI, relativos a parcelamentos e a contribuições em atraso, segundo o balanço da CAPREMI da data-focal da presente avaliação, bem como contribuições em atraso não parceladas.

Ainda, segundo as demonstrações financeiras da CAPREMI, os Entes patronais não têm contribuído para o custeio do RPPS em conformidade com a Lei municipal específica para tal, nas alíquotas estabelecidas.

A operacionalização do RPPS do município é consubstanciada por meio de um fundo previdenciário, estruturado em regime capitalizado e destinado a custear as despesas com benefícios.

O Plano de benefícios vigente contemplava o seguinte rol de benefícios/auxílios:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria voluntária e proporcional por idade;
- c) aposentadoria voluntária e integral por tempo de contribuição e idade;
- d) aposentadoria compulsória;
- e) aposentadoria especial de professor;
- f) pensão por morte/desaparecimento/ausência do segurado;
- g) auxílio-doença;
- h) licença-maternidade; e
- i) auxílio-reclusão.

4. BASE CADASTRAL, DADOS UTILIZADOS, ESTATÍSTICAS E ESTIMATIVAS

4.1. Dados Fornecidos

Para a realização do presente estudo foram fornecidos os seguintes dados e demonstrativos:

- a) dados de gestão, na posição da data-focal da avaliação;
- b) arquivo magnético contendo dados individualizados dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- c) cópia das leis locais, relativas ao RPPS em análise.

Após a recepção e análise dos dados, foram realizados testes de consistência nas bases de

dados. Sobre essas, é nosso parecer que apresentavam a amplitude e a consistência suficientes e adequadas para a realização da presente avaliação e, face à data-focal, também a desejada atualização. Entretanto, há de se salientar que os resultados e conclusões que serão apresentados são diretamente decorrentes dessas.

4.2. Estatísticas e Estimativas

Os dados recebidos foram agrupados e tabulados, de acordo com as necessidades do estudo, de maneira a gerar informações para os gestores do RPPS que possibilite uma gestão proativa sobre o Plano de Benefícios.

4.2.1. Relativas aos Segurados Ativos

Para fins de gestão e conhecimento da massa de segurados ativos, a seguir são apresentados quadros com as estatísticas básicas da massa de ativos.

Quadro Q01 - Segurados Ativos

Quadro Q01 - Segurados Ativos						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2015
Numero de Participantes	684	291	975	1.022	1.018	958
Idade Média (anos)	45,2	44,3	44,9	43,4	42,4	41,1
Menor Salário de Contribuição	R\$ 1.001,70	R\$ 1.001,70	R\$ 1.001,70	R\$880,00	R\$ 788,00	R\$ 724,00
Salário Médio de Contribuição	R\$ 2.223,57	R\$ 1.866,43	R\$ 2.116,97	R\$2.029,35	R\$ 1.662,89	R\$ 1.448,46
Maior Salário de Contribuição	R\$ 7.648,90	R\$ 4.423,24	R\$ 7.648,90	R\$6.993,19	R\$ 4.127,84	R\$ 3.890,05
Folha Mensal de Salários de Contribuição	R\$ 1.520.920,85	R\$ 543.129,71	R\$ 2.064.050,56	R\$2.073.994,90	R\$1.692.821,05	R\$1.387.627,24
Tempo Médio de vinculação ao RPPS	14,7	14,4	14,6	12,8	12,5	11,8
Tempo Médio até a aposentadoria	11,5	16,8	13,1	14,3	16,0	15,8
Idade Média estimada de Aposent	56,7	61,1	58,0	57,7	58,4	56,9
Idade Média de Admissão no Ente	30,5	29,9	30,3	30,6	29,9	29,9

Fonte: dados oriundos da Avaliação Atuarial.

Quadro Q02- Segurados Ativos Professores

Quadro Q02 - Segurados Ativos Professores						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2015
Numero de Participantes	332	77	409	394	227	621
Idade Média (anos)	46,2	45,7	46,1	43,0	42,4	42,8
Salário Médio de Contribuição	R\$ 3.056,80	R\$ 2.976,05	R\$ 3.041,60	R\$ 1.751,27	R\$ 1.718,33	R\$ 1.739,23
Maior Salário de Contribuição	R\$ 4.848,76	R\$ 4.423,24	R\$ 4.848,76	R\$ 6.599,86	R\$ 4.103,28	R\$ 6.599,86
Folha Mensal de Salários de Contribuição	R\$ 1.014.858,75	R\$ 229.156,08	R\$ 1.244.014,83	R\$ 690.001,52	R\$ 390.060,95	R\$ 1.080.062,47
% da Folha de Prof. sobre a Folha Geral	66,7%	42,2%	60,3%	33,3%	23,0%	77,8%
Tempo Médio de vinculação ao RPPS	16,8	17,7	17,0	12,2	11,8	12,0
Tempo Médio até a aposentadoria	8,2	12,8	9,1	12,2	17,1	14,0
Idade Média estimada de Aposent	54,5	58,5	55,2	55,3	59,4	56,8
Idade Média de Admissão no Ente	29,5	28,0	29,2	30,8	30,6	30,7

Fonte: dados oriundos da Avaliação Atuarial.

Quadro Q03 - Número de Segurados Ativos Admitidos por Ano

Quadro Q03 - Numero de Segurados Ativos Admitidos por Ano	
Ano de Admissão	Num. de Admitidos
Até o ano de 2011	912
2012	3
2013	2
2014	1
2015	0
2016	55
2017	1
2018	1
TOTAL	975

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q04 - Segurados Ativos com Remuneração Acima do Teto do RGPS

Quadro Q04 - Segurados Ativos com Remuneração Acima do Teto do RGPS			
Rubrica	Feminino	Masculino	Total Geral
Frequencia de Segurados	3	Não Existe	3
Folha Mensal de SC	R\$ 21.948,90	R\$ 0,00	R\$ 21.948,90
SC Médio	R\$ 7.316,30	R\$ 0,00	R\$ 7.316,30
Parcela ate o Teto RGPS	R\$ 16.937,40	R\$ 0,00	R\$ 16.937,40
Parcela Acima do Teto RGPS	R\$ 5.011,50	R\$ 0,00	R\$ 5.011,50
Parcela Média Acima do Teto RGPS	R\$ 1.670,50	R\$ 0,00	R\$ 1.670,50
% Médio do SC, acima do Teto RGPS	22,8%	0,0%	22,8%
Idade Média de Entrada	24,92	0,00	24,92
Idade Média	40,33	0,00	40,33
Idade Média Estimada de Aposentadoria (em anos)	55,67	0,00	55,67
Tempo Médio de Admissão (em anos)	15,42	0,00	15,42

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q07 - Estimativa de Aposentadorias dos Atuais Segurados Ativos, para um Horizonte Temporal de 35 anos

Quadro Q07 - Estimativa de Aposentadorias não-invalidez dos Atuais Segurados Ativos, para um Horizonte Temporal de 35 anos						
Ano	NÃO-Professores		Professores		TOTAL	
	Numero de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios	Numero de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios	Numero de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios
2019	1	3.154,45	1	2.230,74	2	5.385,19
2020	26	39.306,50	35	117.649,45	61	156.955,95
2021	9	11.690,35	5	13.912,31	14	25.602,66
2022	18	24.500,16	18	56.512,87	36	81.013,03
2023	10	14.769,73	10	32.863,25	20	47.632,98
2024	11	14.538,48	13	43.787,89	24	58.326,37
2025	14	18.449,57	23	71.090,04	37	89.539,61
2026	14	19.941,50	49	153.596,75	63	173.538,25
2027	19	26.452,07	34	92.616,86	53	119.068,93
2028	12	16.885,86	33	97.227,33	45	114.113,19
2029	10	13.804,10	76	248.083,43	86	261.887,53
2030	16	28.426,00	29	83.407,77	45	111.833,77
2031	32	64.331,72	12	32.224,52	44	96.556,24
2032	26	38.104,10	11	31.835,56	37	69.939,66
2033	37	49.270,78	8	21.386,02	45	70.656,80
2034	17	27.598,40	10	27.993,47	27	55.591,87
2035	27	38.370,28	8	21.595,75	35	59.966,03
2036	23	32.382,56	9	25.461,52	32	57.844,08
2037	12	17.166,87	2	6.271,46	14	23.438,33
2038	29	40.717,91	5	14.866,35	34	55.584,26
2039	24	35.966,99	3	7.217,29	27	43.184,28
2040	9	11.490,44	2	4.239,31	11	15.729,75
2041	44	62.039,87	3	8.842,60	47	70.882,47
2042	19	24.899,47	1	2.710,84	20	27.610,31
2043	16	22.996,32	4	12.588,47	20	35.584,79
2044	14	17.332,97	2	4.950,14	16	22.283,11
2045	12	15.802,10	0	0,00	12	15.802,10
2046	14	18.456,84	1	3.061,12	15	21.517,96
2047	14	19.116,87	1	2.710,84	15	21.827,71
2048	5	6.260,81	0	0,00	5	6.260,81
2049	9	15.562,44	1	3.080,88	10	18.643,32
2050	9	11.928,32	0	0,00	9	11.928,32
2051	5	7.016,18	0	0,00	5	7.016,18
2052	4	5.421,52	0	0,00	4	5.421,52
2053	5	5.883,20	0	0,00	5	5.883,20

Fonte: Avaliação Atuarial. Nota: valores monetários em valores da data-focal da avaliação

4.2.2. Relativas aos Segurados Inativos

Nos quadros seguintes, pode-se observar a posição da massa de inativos do Regime, estatísticas básicas e algumas estimativas, dentre outros.

Quadro Q08 - Inativos

Quadro Q08 - Inativos						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2015
Numero de Participantes	130	31	161	146	117	92
Idade Média (anos)	60,3	66,6	61,5	60,9	58,2	57,9
Benefício Médio	R\$2.060,44	R\$1.112,01	R\$1.877,82	R\$1.801,45	R\$1.562,90	R\$1.417,33
Folha Mensal de Benefícios	R\$267.857,44	R\$34.472,23	R\$302.329,67	R\$263.012,33	R\$182.858,90	R\$130.394,68
Tempo Médio já em Benefício	7,0	5,0	6,6	5,4	0,0	0,0
Idade Média de Aposentadoria	53,3	61,6	54,9	55,5	7,5	6,2
% da Folha de Invalidez sobre o Total			24,40%	26,53%	28,16%	25,78%

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q08-A - Numero de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano, POR Sexo e Tipo de Aposentadoria

Quadro Q08-A - Numero de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano, POR Sexo e Tipo de Aposentadoria						
Ano	Não-Invalidez		Invalidez		Total	% de Invalidos
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
Anterior a 2016	45	13	29	6	93	37,6%
2016	13	3	6	2	24	33,3%
2017	21	4	1	0	26	3,8%
2018	13	3	2	0	18	11,1%
TOTAL	92	23	38	8	161	28,6%
%	57,1%	14,3%	23,6%	5,0%	100,0%	
Estimativa de Mortes p/ próximo Período	0,6	0,5	0,2	0,1	1,3	

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q08-B - Número de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano

Quadro Q08-B - Numero de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano			
Ano	Não-Invalidez	Invalidez	Total geral
Até 2012	44	28	72
2013	2	1	3
2014	7	2	9
2015	5	4	9
2016	16	8	24
2017	25	1	26
2018	16	2	18
TOTAL	115	46	161

Quadro Q09 - Benefícios de Aposentadoria Acima do Teto do RGPS

Quadro Q09 - Benefícios de Aposentadoria Acima do Teto do RGPS			
Rubrica	Não-Invalidez	Invalidez	Total geral
Frequencia de Aposentados	3	Não Existem	3
Folha Mensal de SC	R\$ 19.111,24	R\$ 0,00	R\$ 19.111,24
Parcela ate o Teto RGPS	R\$ 16.937,40	R\$ 0,00	R\$ 16.937,40
Parcela Acima do Teto RGPS	R\$ 2.173,84	R\$ 0,00	R\$ 2.173,84
Parcela Média Acima do Teto RGPS	R\$ 724,61	R\$ 0,00	R\$ 724,61
% Medio do Beneficio que esta Acima do Teto RGPS	11,4%	0,0%	11,4%
Contribuição Mensal Aposentados	R\$ 239,12	R\$ 0,00	R\$ 239,12
% de Contribuição s/ Folha de Beneficio	1,25%	0,00%	1,25%

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q10 - Estimativa de Novos Benefícios de Aposentadoria Voluntária, relativos à massa de Ativos, por tipo de benefício

Quadro Q10 - Estimativa de Novos Benefícios de Aposentadoria não-invalidez, relativos à massa de Ativos, por tipo de benefício					
Beneficio		2019	2020	2021	2022
Número De Benefícios	Aposent. Voluntaria/Compulsória	2	61	14	36
	Aposentadoria por Invalidez	2	2	2	3
	Pensões de Ativos	4	4	4	5
Folha Anual	Aposent. Voluntaria/Compulsória	R\$ 70.707,54	R\$ 2.081.439,94	R\$ 342.919,80	R\$ 1.095.932,29
	Aposentadoria por Invalidez	R\$ 51.846,68	R\$ 56.928,98	R\$ 63.561,95	R\$ 71.278,12
	Pensões de Ativos	R\$ 98.917,61	R\$ 108.075,92	R\$ 119.313,99	R\$ 131.612,53

Fonte: Avaliação Atuarial.

4.2.3. Relativas aos Pensionistas

A seguir, apresentamos a posição da massa de pensionistas, bem como algumas estatísticas e projeções.

Quadro Q11 - Pensionistas

Quadro Q11 - Pensionistas						
Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2015
Numero de Pensões	30	19	49	38	34	28
Idade Média (anos)	51,7	51,9	51,8	54,2	52,5	59,3
Benefício Médio	R\$ 1.067,63	R\$ 1.574,53	R\$ 1.264,18	R\$ 1.189,55	R\$ 1.086,96	R\$ 928,38
Folha Mensal de Benefícios	R\$ 26.690,81	R\$ 29.916,09	R\$ 56.606,90	R\$ 40.444,68	R\$ 30.434,79	R\$ 25.994,58
Tempo Médio já em Benefício (anos)	7,9	7,3	7,7	7,8	7,6	11,5
Idade Média de entrada em benefício	43,8	44,6	44,1	46,5	45,0	13,0
Duração Média dos Benefícios Temporários (anos)			5,80	7,50	8,50	0,00

Fonte: dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS

Quadro Q12 - Número de Benefícios de Pensão iniciados no ano

Quadro Q12 - Numero de Benefícios de Pensão iniciados no ano				
Ano	Feminino	Masculino	Total	%
Anterior a 2016	18	12	30	68,18%
2016	3	3	6	13,64%
2017	0	4	4	9,09%
2018	4	0	4	9,09%
TOTAL	25	19	44	100,00%
%	56,82%	43,18%		

Quadro Q13 - Estimativa de Saídas e Redução de Encargos da Atual Massa de Pensionistas

Quadro Q13 - Estimativa de Saídas e Redução de Encargos da Atual Massa de Pensionistas			
Ano	Saídas	Folha Mensal	Redução Mensal da Folha
2019	1	R\$ 55.822,22	R\$ 784,68
2020	1	R\$ 54.991,91	R\$ 830,31
2021	1	R\$ 54.116,05	R\$ 875,86
2022	1	R\$ 53.195,28	R\$ 920,77

Quadro Q14 - Benefícios de Pensão Acima do Teto do RGPS

Quadro Q14 - Benefícios de Pensão Acima do Teto do RGPS			
Rubrica	Vitalícios	Temporários	Total geral
Frequência de Pensionistas	Não Existem	Não Existem	Não Existem
Folha Mensal de SC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcela até o Teto RGPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcela Acima do Teto RGPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcela Média Acima do Teto RGPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% Médio do Benefício que está Acima do Teto RGPS	0,00%	0,00%	0,00%
Contribuição Mensal Segurado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% de Contribuição s/ Folha Total	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Avaliação Atuarial.

Quadro Q15 - Estatísticas de Processos de Pensão

Quadro Q15 - Estatísticas de Processos de Pensão	
Número de Processos de Pensão	44
Benefício Mínimo	R\$ 954,00
Benefício Medio	R\$ 1.286,52
Benefício Máximo	R\$ 3.425,48
Folha Mensal de Benefícios informada	R\$ 55.417,31
Folha Mensal de Benefícios utilizada	R\$ 56.606,90

Fonte: Avaliação Atuarial.

5. PLANO DE BENEFÍCIOS

Para melhor compreensão da presente avaliação, apresentamos a seguir um breve resumo dos critérios de concessão dos benefícios de aposentadoria, pensão por morte e os auxílios previdenciários que norteiam a presente.

5.1 Aposentadoria por Tempo de Contribuição

A aposentadoria por tempo de contribuição consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma da Lei e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante. Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Para fins de estimativa e projeção, na avaliação atuária é aplicada a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

5.2 Aposentadoria por Invalidez

A aposentadoria por invalidez consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular que for considerado totalmente inválido para o exercício de atividade remunerada e incapaz de readaptação, em exame médico realizado por junta médica indicada, tudo em conformidade com a Lei Federal e as disposições específicas da legislação municipal.

A renda é paga enquanto permanecer a condição de invalidez.

O provento de aposentadoria por invalidez é sempre proporcional ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, conforme especificado em lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Considera-se acidente em serviço aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equipara-se ao acidente em serviço, dentre outros:

- a) o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
- b) acidente sofrido pelo segurado no local e horário do trabalho, em consequência de:
 - i. ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
 - ii. ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
 - iii. ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
 - iv. ato de pessoa privada do uso da razão; e
 - v. desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- c) a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;
- d) o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:
 - i. na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
 - ii. na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
 - iii. em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e.
 - iv. no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

São também considerados no exercício do cargo, os períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante.

Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as estabelecidas pela legislação vigente na data-base do presente estudo, tais como:

- a) tuberculose ativa;
- b) hanseníase;
- c) alienação mental;
- d) neoplasia maligna;
- e) cegueira posterior ao ingresso no serviço público;

- f) paralisia irreversível e incapacitante;
- g) cardiopatia descompensada;
- h) doença de Parkinson;
- i) espondiloartrose anquilosante;
- j) nefropatia grave;
- k) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
- l) síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids;
- m) contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada;
- n) hepatopatia grave e leucemia;
- o) pênfigo foleáceo; e
- p) outras que vierem a ser assim definidas em lei.

5.3 Aposentadoria Compulsória

A aposentadoria compulsória consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida ao participante-titular aos 70 anos de idade, nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

A formulação, bem como a taxa de contribuição, está inserida na Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pois, em termos de cálculo, o presente benefício é tratado como um caso particular da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

5.4 Aposentadoria por Idade

A aposentadoria por idade é proporcional ao tempo de contribuição e consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

A formulação, bem como a taxa de contribuição, está inserida na Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pois o presente benefício é tratado, para fins de cálculo como um caso particular da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

5.5 Pensão por Morte

A pensão por morte consiste em uma renda mensal, vitalícia ou temporária, de acordo com a situação do(s) beneficiário(s) do participante-titular.

A pensão é concedida ao conjunto de beneficiários habilitados na data de sua concessão, sendo a cota parte individual de cada beneficiário reversível ao conjunto, quando de sua inabilitação ou extinção de seu direito.

A pensão por morte é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante-titular.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial ao conjunto de beneficiário equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

5.6 Auxílio Doença

O auxílio-doença consiste em uma renda mensal e temporária, correspondente ao último salário de contribuição, devido ao participante-titular ativo que venha ficar incapacitado para o trabalho, em razão de doença ou acidente, por período superior a 15 dias consecutivos. A incapacidade para o trabalho deve ser atestada por junta médica designada pelo RPPS.

Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do participante por motivo de doença ou acidente, é responsabilidade do ente/órgão empregador o pagamento da sua remuneração.

Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença ou acidente, dentro do período de sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o ente/órgão desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

O participante em gozo de auxílio-doença cuja recuperação para exercício do seu cargo ou readaptação seja impossível, poderá ser aposentado por invalidez.

5.7 Auxílio Reclusão

O auxílio-reclusão consiste em uma renda mensal e temporária, correspondente ao salário de benefício calculado (equivalente ao último salário de contribuição), a ser paga ao conjunto de dependentes do participante-titular detento recluso, enquanto tal situação perdurar.

Para a percepção do benefício pelos dependentes, o participante titular deve ter salário de contribuição igual ou inferior ao limite estabelecido em lei para elegibilidade ao benefício e não estar recebendo outra remuneração do Ente.

O auxílio-reclusão será concedido nas mesmas condições estabelecidas para a pensão por morte. Ocorrendo a morte do participante, o auxílio-reclusão será automaticamente convertido em pensão por morte.

5.8 Salário-Maternidade

O Salário-Maternidade consiste em uma renda mensal e temporária por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início entre 28 (vinte e oito dias) antes do parto e a data de ocorrência deste, devida à participante-titular gestante, equivalente ao último salário de contribuição. O salário-maternidade não acumulável com benefício por incapacidade (auxílio-doença, auxílio-acidente, etc.).

Da mesma forma, o salário-maternidade não se acumula com o pagamento da remuneração da participante ativa. Uma vez iniciado o pagamento do salário-maternidade, o ente/órgão empregador deve interromper o pagamento da remuneração à mesma, restabelecendo-o apenas quando cessar o período de concessão do benefício.

5.9 Condições de Elegibilidade e Regras de Transição

As Emendas Constitucionais no. 20/98, 41/03 e 47/05, cada uma a seu tempo, estabeleceram regras e critérios para a concessão de benefícios, gerando diversos grupos, face as regras de transição e o reconhecimento de direitos anterior às suas vigências.

Apesar da Emenda Constitucional 20/98 ter alterado e estabelecido várias regras e critérios, a Emenda Constitucional no. 41/03 é a que gerou maior impacto até o momento, segundo nosso entendimento, pois veio a esclarecer, confirmar e explicitar em seu bojo, disposições, entendimentos e práticas pouco claras até então. Dentre outras, as alterações mais significativas da EC 41/03 foram:

- a) Estabelecimento de uma Regra de Transição adicional: Os servidores que tenham ingressado no serviço público até 15 de dezembro de 1998 poderão requerer a aposentadoria por tempo de contribuição, desde que tenham, no mínimo, 53 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, ou 48 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, além do pedágio de 20% no tempo de contribuição estabelecido pela EC 20/98. Para aqueles que utilizarem dessa faculdade, haverá um abatimento de 3,5% por ano de antecipação em relação às idades de 60 anos e 55 anos, se homem ou mulher respectivamente, caso o servidor cumpra os requisitos para a aposentadoria até dezembro de 2005, ou de 5% por ano de antecipação a essas idades, caso servidor cumpra os requisitos após dezembro de 2005;

- b) **Benefício Inicial pela Média:** cálculo da renda mensal inicial (RMI) pela média salarial obtida por meio de 80% dos maiores salários de contribuição, atualizados monetariamente, do período de 1994 até a data de aposentadoria;
- c) **Pensões:** benefício de pensão integral ao servidor, para proventos até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, ou parcial (teto do RGPS acrescido de 70% da parcela excedente a este limite) para proventos que excedam a aquele limite;
- d) **Fim da paridade:** para aqueles que se aposentarem pelas regras da EC 41/03 e não optarem por uma regra de transição, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. Na falta de lei específica na esfera do Ente, são aplicados os mesmos índices e na mesma periodicidade dos reajustes concedidos aos benefícios do RGPS;
- e) **Previdência Complementar e Teto de Benefício:** é facultada a criação de sistema de previdência complementar para os servidores públicos, na esfera de cada Ente, por meio de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com planos na modalidade de contribuição definida;
- f) **Teto de Benefícios:** o valor do benefício inicial dos servidores passa a ter como limite o seu último salário de contribuição;
- g) **Teto remuneratório:** Os valores recebidos pelos servidores públicos, bem como as aposentadorias e pensões, não poderão mais exceder:
 - i. no âmbito da União, o valor do subsídio de Ministro do STF;
 - ii. nos Estados e no Distrito Federal, a remuneração mensal ou o subsídio mensal:
 - 1. do Governador, no âmbito do Poder Executivo;
 - 2. dos Deputados Estaduais e Distritais, no âmbito do Poder Legislativo; e
 - 3. dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos, ficando o destes últimos limitado a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do STF; e,
 - iii. nos Municípios, o subsídio do Prefeito.
- h) **Contribuição de inativos e pensionistas:** passa a ser cobrada sobre a parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

De maneira a propiciar melhor entendimento, as condições de elegibilidade e regras de transição são apresentadas a seguir na forma de tabelas, segundo o texto da Orientação Normativa da Secretaria de Políticas Previdêcia Social do Ministério da Previdêcia Social.

5.10 Regras Permanentes

Quadro P1
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE (art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
HOMEM/MULHER
Invalidez permanente comum: proventos proporcionais ao tempo de serviço Invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei: proventos integrais
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)
Observação: Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo

Quadro P2
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA (art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
HOMEM/MULHER
Aposentadoria aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)
Observação: Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo

Quadro P3 – Homem	
POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	
Art. 40, § 1º, inciso III, “a” da CF, com redação da EC nº 41/2003	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05.	
HOMEM	
Professor (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 10950 dias (30anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 55 anos	Tempo de contribuição: 12775 dias (35anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.	Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)	Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo. - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo

Quadro P3 - Mulher	
POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	
Art. 40, § 1º, inciso III, “a” da CF, com redação da EC nº 41/2003	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05	
MULHER	
Professora (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 9125 dias (25anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 55 anos
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.	Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.

Quadro P4	
POR IDADE	
Art. 40, § 1º, inciso III, “b” da CF, com redação da EC nº 41/2003	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05.	
HOMEM	MULHER
Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 65 anos	Tempo no serviço público: 3650 dias (10anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição.	Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.	Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.

5.11 Regras de Transição

Quadro T1	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 2º da EC 41/2003)	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as autarquias e fundações, que tenham ingressado até 16/12/1998.	
HOMEM	MULHER
Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 53 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 48 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.
Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução	Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução
Teto do benefício: Remuneração do cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	Reajuste do Benefício: Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - Regra Especial para Professor: Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e do ensino fundamental e médio. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio; - Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU: Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio.	Observação: - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - Regra Especial para Professora: Acréscimo de 20% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e ensino fundamental e médio. Calcula-se primeiro o bônus de 20% e depois o pedágio.

Quadro T2 – Homem	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 6º da EC 41/03)	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003.	
HOMEM	
Professor (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos.	Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	

Quadro T2 – Mulher	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 6º da EC 41/03)	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003.	
MULHER	
Professora (*)	Demais Servidoras
Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para a professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	

Quadro T3	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 3º da EC 47/05)	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998.	
HOMEM	MULHER
Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 9125 dias (25 anos) Tempo na carreira: 5475 dias (15 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima conforme fórmula abaixo: <div style="text-align: center;">Idade Mínima = 95 – TC,</div> Onde: TC: tempo de contribuição e TC >= 35 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 9125 dias (25anos) Tempo na carreira: 5475 dias (15 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima conforme tabela abaixo: <div style="text-align: center;">Idade Mínima = 85 – TC</div> Onde: TC: tempo de contribuição e TC >= 30 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

5.12 Direito Adquirido

Quadro DA1 – Homem	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – Por idade e Tempo de Contribuição Art. 40, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998 Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003 APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA (Art. 3º da EC 41/03)	
Regras aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos que preencheram todas as condições de elegibilidade estabelecidas até 31/12/2003.	
HOMEM	
Professor (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos	Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

Quadro DA-1 Mulher	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – Por idade e Tempo de Contribuição Art. 40, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998 Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003 APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA (Art. 3º da EC 41/03)	
Regras aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos que preencheram todas as condições de elegibilidade estabelecidas até 31/12/2003.	
MULHER	
Professora (*)	Demais Servidores
Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 55 anos
Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

Quadro DA2	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE	
Art. 40, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998	
Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998.	
HOMEM	MULHER
Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 65 anos	Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 60 anos
Forma de cálculo: Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo.	Forma de cálculo: Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

Quadro DA3	
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REGRA DE TRANSIÇÃO –PROVENTOS PROPORCIONAIS - Art. 8º, § 1º da EC Nº 20/98	
Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público com Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
HOMEM	MULHER
Tempo de contribuição: 10950 (30 anos) Tempo no cargo: 1825 (5 anos) Idade mínima: 53 anos Pedágio: Acréscimo de 40% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.	Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 48 anos Pedágio: Acréscimo de 40% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.
Forma de cálculo: Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 30 anos acrescido do pedágio. O acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima.	Forma de cálculo: Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 25 anos acrescido do pedágio. O acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. - Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU, se homem: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

Quadro DA4**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REGRA DE TRANSIÇÃO****Caput do art. 8º da EC Nº 20/98 – PROVENTOS INTEGRAIS****Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003**

Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público com Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003

HOMEM	MULHER
Tempo de contribuição: 12775 (35 anos) Tempo no cargo: 1825 (5 anos) Idade mínima: 53 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 48 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.
Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo.	Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo.
Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.	Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.
Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos	Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores ativos
Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. - Regra Especial para Professor, inclusive para o que não seja de ensino fundamental e médio: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério; - Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU, se homem: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98.	Observação: - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. - Regra Especial para Professora, inclusive para a que não seja de ensino fundamental e médio: Acréscimo de 20% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério.

5.13 Tabela de Redução para concessão de Aposentadorias pela Regra de Transição

Quadro TR1		
TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)		
Servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 até 31/12/2005 , incluindo professores que não sejam de educação infantil e do ensino fundamental e médio.		
Idade Homem/Mulher	% a Reduzir (3,5 % aa)	% a Receber
53 / 48	24,5 %	75,5 %
54 / 49	21,0 %	79,0 %
55 / 50	17,5 %	82,5 %
56 / 51	14,0 %	86,0 %
57 / 52	10,5 %	89,5 %
58 / 53	7,0 %	93,0 %
59 / 54	3,5 %	96,5 %
60 / 55	Zero	100%

Quadro TR2		
TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)		
Servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 após 31/12/2005 , incluindo professores que não sejam de educação infantil e do ensino fundamental e médio.		
Idade Homem/Mulher	% a Reduzir (5,0 % aa)	% a Receber
53 / 48	35 %	65 %
54 / 49	30 %	70 %
55 / 50	25 %	75 %
56 / 51	20 %	80 %
57 / 52	15 %	85 %
58 / 53	10 %	90 %
59 / 54	5 %	95 %
60 / 55	Zero	100%

Quadro TR3**TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)**

Para professor de educação infantil e do ensino fundamental e médio que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 **até 31/12/2005** (*)

Idade Homem/Mulher (**)	% a Reduzir (3,5 % aa)	% a Receber
53 / 48	7,0 %	93,0 %
54 / 49	3,5 %	96,5 %
55 / 50	Zero	100 %

* Para o cálculo dos proventos dos professores, pela regra de transição, não será aplicada a redução de idade e tempo de contribuição prevista no § 5º do Art. 40 da CF, apenas o disposto no § 4º do art. 2º da EC 41/2003.

** Para o cálculo do redutor previsto no § 1º do Art. 2º da EC 41/2003 aplica-se a redução estabelecida no § 5º do Art. 40 da CF.

Quadro TR4**TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)**

Para professor de educação infantil e do ensino fundamental e médio que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 **após 31/12/2005** (*)

Idade Homem/Mulher (**)	% a Reduzir (5,0 % aa)	% a Receber
53 / 48	10 %	90 %
54 / 49	5 %	95 %
55 / 50	0 %	100 %

* Para o cálculo dos proventos dos professores, pela regra de transição, não será aplicada a redução de idade e tempo de contribuição prevista no § 5º do Art. 40 da CF, apenas o disposto no § 4º do art. 2º da EC 41/2003.

** Para o cálculo do redutor previsto no § 1º do Art. 2º da EC 41/2003 aplica-se a redução estabelecida no § 5º do Art. 40 da CF.

6. HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

6.1 Taxa Real de Juros

Utilizamos taxa de juros reais de 6 % a.a (seis por cento) ou sua equivalente mensal.

6.2 Crescimento dos Salários (Crescimento da Remuneração ao Longo da Carreira)

Estimativa de crescimento real dos salários dos ativos de 1,0% aa. Cabe ressaltar que o parâmetro mínimo recomendado pela legislação em vigor é da ordem de 1,00% aa.

6.3 Crescimento dos Benefícios

Estimativa de crescimento real dos benefícios: ZERO.

6.4 Turn-over (Rotatividade)

Dada às características da massa segurada, quais sejam, servidores públicos efetivos, consideramos ZERO como taxa de turn-over.

6.5 Compensação Financeira

Para os servidores sem informação sobre o tempo anterior de contribuição a algum sistema de previdência, a compensação foi estimada, baseada na data de entrada do servidor no serviço público e a data considerada para o ingresso no mercado de trabalho.

Foram observados os parâmetros e o limite estabelecido de compensação previdenciária a receber, dispostos no art. 11 da Portaria MPS 403/08.

6.6 Novos Entrados & Crescimento da Massa de Servidores & Gerações Futuras

Não recomendamos a adoção dessa hipótese, sem uma parametrização legal, por entendermos que podem distorcer as reais exigibilidades a curto e médio prazo, bem como por estabelecerem um cenário de futuro muito longo.

Contudo, segundo o entendimento da SPS/MPS, como o art. 17 da Portaria MPS 403/2008, com a redação produzida pela alteração publicada no Diário Oficial da União em 18/01/2013, estabeleceu a adoção obrigatória dessa hipótese, para o exercício de 2012, DRAA 2013. Em 2014, nova modificação da Portaria proibiu a utilização da hipótese, para fins de resultado, mas exigiu que fosse calculado um Fluxo de Receitas e Despesas considerando a Geração Futura.

Ressaltamos que tal hipótese encontra suporte tanto técnico quanto legal, sendo acolhida pela bibliografia técnica de referência da Ciência Atuarial. Porém, temos desaconselhado sua utilização, em virtude do horizonte temporal que contempla, das componentes conjunturais/políticas que encerra, da tendência a distorcer as reais exigibilidades financeiras de curto e médio prazo do plano, bem como em virtude de ser de adoção temerária em uma massa reduzida de participantes.

Entretanto, quando utilizada, a reposição de massa, na proporção de 1 para 1, apesar das ressalvas anteriormente elencadas, foi estabelecida com as seguintes premissas e parâmetros básicos, dentre outros:

- a) não-estimação de compensação previdenciária para a massa reposta, sob a premissa de não existência de tempo anterior a algum regime de previdência;
- b) reposição do servidor, no ano seguinte (ou postergada de “n” anos, conforme a experiência do RPPS) à sua saída por morte, invalidez ou inatividade, na idade padrão de entrada no serviço público, observado o sexo, a atividade e o salário de contribuição do servidor;
- c) salário de contribuição do servidor da geração futura sem os quinquênios e anuênios, se existentes, no salário do servidor reposto;
- d) reposição em função da data de saída, limitada ao horizonte temporal exigido pelas disposições infralegais.

6.7 Bases Biométricas

O comportamento da população contemplada pelo presente plano de benefícios foi estimado por meio das seguintes tábuas biométricas:

- a) Tábua de Mortalidade para válidos (ativos e inativos) e pensionistas (q_x): AT-1983-Male;
- b) Tábua de Mortalidade para Inválidos (q_x^i): Tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, divulgada no sítio do Ministério da Previdência Social;
- c) Tábua de Entrada em Invalidez (i_x): Álvaro Vindas.

6.8 Composição Familiar

Optamos por adotar as seguintes hipóteses, tendo em vista a redistribuição da cota de pensão prevista para o benefício de pensão, o critério de elegibilidade de beneficiários, na eventual falta de informação sobre cônjuge e para as estimativas da Geração Futura:

- a) cada participante-titular (ativo ou aposentado) tem, pelo menos, um cônjuge ou companheira(o), para o qual deixará uma pensão vitalícia;
- b) o cônjuge ou companheira(o) é 3 anos mais novo que o participante-titular, se este for do sexo masculino, ou 3 anos mais velho, se do sexo feminino. Para cônjuges do mesmo sexo, a idade do titular;
- c) não existência de cônjuges para titulares com idade inferior a 30 anos, se masculino, e 28 anos, se feminino.

Tais hipóteses, apesar de poderem, por vezes, conduzir a encargos maiores do que a real composição familiar da massa de participantes, apresentam a vantagem:

- a) de suplantarem eventuais inconsistências cadastrais por falta de interesse dos participantes ativos e inativos em manter atualizado o rol de beneficiários, visto ser direito daqueles informar os beneficiários e não dever; e
- b) contornarem o aparecimento de beneficiário(s) para o benefício de pensão por morte, após a ocorrência do evento, sem que tenha sido providenciado, a priori, sua inscrição pelo participante-titular.

Cabe observar, entretanto, que o RPPS possui o cadastro de beneficiários e que o mesmo foi recebido e utilizado para a realização do estudo.

6.9 Capacidade Salarial

Como fator de capacidade salarial adotou-se 100%.

6.10 Capacidade de Benefício

Como fator de capacidade de benefícios adotou-se 100%.

6.11 Estimativa de Crescimento Real do Teto do RGPS

Como estimativa de crescimento do teto-de-contribuição do Regime Geral de Previdência Social, adotamos 0,00 % aa (zero), para fins de cálculo da contribuição dos inativos e pensionistas que incide sobre a parcela do montante de benefício concedido pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

6.12 Outras Hipóteses e Considerações

Após análise da massa de dados de cálculo e dentro do princípio de *melhor estimativa de passivo*, quando necessário consideramos que:

- a) os participantes-ativos sempre optarão pela regra de aposentadoria que lhes garantam o maior valor de benefício inicial, exceto no caso de atingirem a idade de aposentadoria compulsória, antes de completarem os requisitos necessários para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) os participantes custearão os benefícios, em conformidade com o previsto na lei que rege o RPPS e no regulamento do plano de benefícios;
- c) na eventual falta de informação relativa ao tempo anterior do servidor em algum sistema de previdência social, a idade de ingresso dos participantes-ativos em algum regime foi estimada por meio da conjugação da idade de ingresso no RPPS, da idade atual, do sexo e da respectiva lotação e cargo do servidor, adotando-se como limite inferior, a idade de 27/26 (feminino/masculino) anos, bem como um limite máximo para o número de meses (36 meses) admitido de compensação previdenciária. No

caso de servidores com idade inferior à estimativa, foi adotada a respectiva idade de entrada do servidor;

- d) os eventos de invalidez que se verificarão gerarão sempre benefícios integrais de aposentadoria por invalidez.

7. REGIMES FINANCEIROS

Adotamos os seguintes regimes financeiros / métodos, de acordo com a duração e custo de cada benefício:

- a) Aposentadoria por Tempo de Contribuição: Capitalização / Idade Normal de Entrada;
- b) Aposentadoria por Invalidez: Repartição de Capitais de Cobertura;
- c) Aposentadoria por Idade, Proporcional e Compulsória: Capitalização / Idade Normal de Entrada;
- d) Pensão de ativos: Repartição de Capitais de Cobertura;
- e) Pensão de Inativos: Capitalização / Individual Level Premium (a prêmio nivelado, em tradução livre);
- f) Auxílios Previdenciários (todos): Repartição Simples.

Com relação a tais regimes, cabe esclarecer que a conjugação dos diversos regimes financeiros para os diversos benefícios apresenta um custo mais baixo em médio prazo, conjugado com um equilíbrio técnico aceitável no mesmo período. Todavia, requer acompanhamento e revisão constante do custo e rigor nas normas de concessão e manutenção dos benefícios.

8. PLANO DE CUSTEIO E RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

8.1 Valores Resultantes da Avaliação Atuarial

Em função dos dados recebidos, hipóteses adotadas e dos cálculos realizados, obtivemos os seguintes resultados e verificamos os seguintes valores, excluídos os efeitos da Geração Futura:

Quadro Q16 - Valores Resultantes da Avaliação Atuarial

Quadro Q16 - Valores Resultantes da Avaliação Atuarial			
No.	Resultados / Observações	Regime de Capitalização	Regime de Repartição
1	Rentabilidade nominal anual alcançada (%)	N/D	
2	Rentabilidade nominal anual exigida (%)	9,9750%	
3	Ativo do Plano	R\$ 0,00	
4	Resultado Atuarial do Plano, sem considerar Geração Futura	R\$ 167.610.859,18	N/A
5	Valor atual dos benefícios futuros (benefícios a conceder)	R\$ 189.581.293,48	N/A
6	Valor atual dos benefícios futuros (benefícios concedidos)	R\$ 51.571.471,86	N/A
7	Provisões Matemáticas	R\$ 167.610.859,18	N/A
8	Valor Atual dos Salários Futuros, em x, de Ativos	R\$ 212.386.878,19	R\$ 26.020.394,68
9	Valor atual da compensação financeira - a receber	R\$ 17.186.230,96	N/A
10	Valor atual da compensação financeira - a pagar	Zero	N/A
11	Valor atual das contribuições normais futuras do ente, referente a benefícios concedidos.	Zero	N/A
12	Valor atual das contribuições futuras do ativo, aposentado e pensionista, referente a benefícios concedidos.	R\$ 40.316,93	N/A
13	Valor atual das contribuições normais futuras do ente, referente aos benefícios a conceder.	R\$ 37.421.897,39	N/A
14	Valor atual das contribuições futuras do ativo, aposentado e pensionista, referente aos benefícios a conceder.	R\$ 18.830.780,94	N/A
15	Folha salarial mensal dos ativos – SC	R\$ 2.064.050,56	N/A
16	Folha salarial mensal dos ativos – Remun Tot	R\$ 2.064.050,56	N/A
17	Folha de proventos mensal dos aposentados por invalidez	R\$ 73.782,71	N/A
18	Folha de proventos mensal dos aposentados por idade, tempo de contribuição ou compulsoriamente.	R\$ 228.546,96	N/A
19	Folha de proventos mensal dos pensionistas	R\$ 56.606,90	N/A
N/E - Não existe N/D - Não disponível N/A - Não se aplica			
Nota: Dados relativos a Gerações Futuras NÃO incluídos nos valores			

Em função da situação do fluxo dos repasses dos últimos 6 exercícios, não consideramos no ativo líquido do plano, os valores de contribuição em atraso, mesmo que lançados em dívida ativa, para fins de apuração do resultado.

8.2 Análise Comparativa e Posição do Plano de Benefícios Plano de Custeio

Quadro Q17 - Análise Comparativa com os Últimos Exercícios

Quadro Q17 - Análise Comparativa com os Últimos Exercícios				
Rubrica	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2018
Ativo Líquido⁽¹⁾	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	(-R\$ 24.472.771,88)	(-R\$ 33.798.398,00)	(-R\$ 45.990.939,18)	(-R\$ 51.531.154,92)
(=) Provisão de Benef. Concedidos - Aposent.	(-R\$ 20.318.063,01)	(-R\$ 28.346.463,51)	(-R\$ 39.939.862,85)	(-R\$ 44.704.058,51)
(-) VABF de Benef. Concedidos	(-R\$ 20.318.063,01)	(-R\$ 28.346.463,51)	(-R\$ 39.972.988,27)	(-R\$ 44.744.375,44)
(+) VACF de Benef. Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.125,42	R\$ 40.316,93
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Provisão de Benef. Concedidos - Pensões	(-R\$ 4.154.708,87)	(-R\$ 5.451.934,49)	(-R\$ 6.051.076,34)	(-R\$ 6.827.096,41)
(-) VABF de Benef. Concedidos	(-R\$ 4.154.708,87)	(-R\$ 5.451.934,49)	(-R\$ 6.051.076,34)	(-R\$ 6.827.096,41)
(+) VACF de Benef. Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit/ Superavit em relação a Benef. Concedidos	(-R\$ 24.472.771,88)	(-R\$ 33.798.398,00)	(-R\$ 45.990.939,18)	(-R\$ 51.531.154,92)
Montantes relativos a Benef. a Conceder	(-R\$ 69.216.804,19)	(-R\$ 83.705.513,67)	(-R\$ 108.138.886,83)	(-R\$ 116.079.704,26)
(-) VABF de Benef. a Conceder	(-R\$ 133.166.424,03)	(-R\$ 164.771.755,86)	(-R\$ 181.959.769,24)	(-R\$ 189.581.293,48)
(+) VACF de Benef. a Conceder	R\$ 51.119.094,22	R\$ 65.449.086,63	R\$ 57.182.819,07	R\$ 56.252.678,33
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 703,28	R\$ 178.402,71	R\$ 58.406,30	R\$ 59.919,79
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 1,96	R\$ 657,17	R\$ 2.211,97	R\$ 2.760,14
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 12.829.820,38	R\$ 15.438.095,68	R\$ 16.577.445,07	R\$ 17.186.230,96
(=) Aposentadorias Não Decorrentes de	(-R\$ 69.216.804,19)	(-R\$ 83.705.513,67)	(-R\$ 108.131.769,20)	(-R\$ 115.586.216,42)
(-) VABF de Aposent. Não-Invalidez	(-R\$ 130.753.384,63)	(-R\$ 161.351.225,72)	(-R\$ 176.497.941,11)	(-R\$ 182.767.636,38)
(+) VACF de ativos, enquanto ativos	R\$ 48.795.803,79	R\$ 62.138.942,89	R\$ 51.839.391,70	R\$ 50.059.587,19
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 703,28	R\$ 178.402,71	R\$ 58.406,30	R\$ 59.919,79
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 12.740.073,37	R\$ 15.328.366,44	R\$ 16.468.373,90	R\$ 17.061.912,99
(=) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VABF de Aposent. p/ Invalidez	(-R\$ 423.225,83)	(-R\$ 520.265,16)	(-R\$ 544.475,52)	(-R\$ 591.638,38)
(+) VACF de ativos, enquanto ativos	R\$ 383.019,37	R\$ 470.839,97	R\$ 495.602,52	R\$ 538.675,33
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 40.206,45	R\$ 49.425,19	R\$ 48.873,00	R\$ 52.963,05
(=) Pensão: Ativos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VABF de Pensão de Ativos	(-R\$ 521.479,47)	(-R\$ 634.779,45)	(-R\$ 662.553,43)	(-R\$ 785.315,04)
(+) VACF a conceder	R\$ 471.936,96	R\$ 573.818,23	R\$ 602.179,16	R\$ 713.821,93
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 1,96	R\$ 657,17	R\$ 176,10	R\$ 138,19
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 49.540,55	R\$ 60.304,05	R\$ 60.198,17	R\$ 71.354,92
(=) Pensão: Rever. de Aposent. NÃO Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(-R\$ 7.117,62)	(-R\$ 493.487,85)
(-) VABF de Pensão de Aposent.	(-R\$ 817.316,63)	(-R\$ 1.270.350,48)	(-R\$ 3.195.185,25)	(-R\$ 4.340.312,29)
(+) VACF a conceder	R\$ 817.316,63	R\$ 1.270.350,48	R\$ 3.186.031,76	R\$ 3.844.202,50
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.035,87	R\$ 2.621,95
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Pensão: Reversão de Aposent. de Invalidez	R\$ 0,00	(-R\$ 0,00)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VABF de Pensão de Aposent.	(-R\$ 308.825,47)	(-R\$ 625.424,61)	(-R\$ 826.960,95)	(-R\$ 863.738,41)
(+) VACF a conceder	R\$ 308.825,47	R\$ 625.424,61	R\$ 826.960,95	R\$ 863.738,41
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Auxílios Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) VABF Auxílios	(-R\$ 342.192,01)	(-R\$ 369.710,44)	(-R\$ 232.652,98)	(-R\$ 232.652,98)
(+) VACF Auxílios	R\$ 342.192,01	R\$ 369.710,44	R\$ 232.652,98	R\$ 232.652,98
Déficit/ Superavit COM Ger. ATUAL	(-R\$ 93.689.576,07)	(-R\$ 117.503.911,67)	(-R\$ 154.129.826,01)	(-R\$ 167.610.859,18)
Valor Atual dos Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit/ Superavit Com Parcelamentos	(-R\$ 93.689.576,07)	(-R\$ 117.503.911,67)	(-R\$ 154.129.826,01)	(-R\$ 167.610.859,18)
Resultado da Geração Futura⁽²⁾	R\$ 19.601.295,13	R\$ 27.590.922,39	R\$ 24.215.230,98	R\$ 21.662.884,58
(-) VABF de Benef. a Conceder	(-R\$ 33.190.618,72)	(-R\$ 43.123.472,56)	(-R\$ 41.678.066,59)	(-R\$ 43.158.586,85)
(+) VACF de Benef. a Conceder	R\$ 52.791.913,85	R\$ 70.714.394,95	R\$ 65.893.297,57	R\$ 64.821.471,42
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da Compens. Previdenc	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit/ Superavit COM Ger. FUTURA	(-R\$ 93.689.576,07)	(-R\$ 117.503.911,67)	(-R\$ 154.129.826,01)	(-R\$ 167.610.859,18)

NOTAS: (1) Como Ativo Líquido entende-se as disponibilidades e créditos a receber, deduzidos os passivos contingenciais reconhecidos e devidamente
(2) Hipótese exigida pela Portaria MPS 403/2008, com a redação de 18/01/2013. Na presente Avaliação o resultado da Geração Futura NÃO compõe o
(3) Encargos de reversão de pensão de já aposentados são estimados por Capitalização / Premio Nivelado Individual (ILP).

De forma mais sintética, podemos observar o resultado do Plano no quadro Q18 a seguir:

Quadro Q18 - Análise Comparativa Sintética dos Últimos Exercícios

Quadro Q18 - Análise Comparativa Sintética dos Últimos Exercícios				
Rubrica	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2018
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Segmento de Renda Variável	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Segmento Imobiliário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Ativos (bens, direitos e outros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Atual dos Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ativo Líquido com PARCELAMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	(-R\$ 24.472.771,88)	(-R\$ 33.798.398,00)	(-R\$ 45.990.939,18)	(-R\$ 51.531.154,92)
Déficit/ Superavit em relação a Benef Concedidos	(-R\$ 24.472.771,88)	(-R\$ 33.798.398,00)	(-R\$ 45.990.939,18)	(-R\$ 51.531.154,92)
Provisão Mat. de Benef. a Conceder	(-R\$ 69.216.804,19)	(-R\$ 83.705.513,67)	(-R\$ 108.138.886,83)	(-R\$ 116.079.704,26)
Saldo da Compensação Previdenciária	R\$ 12.829.820,38	R\$ 15.438.095,68	R\$ 16.577.445,07	R\$ 17.186.230,96
Resultado da Geração Futura (2)	R\$ 19.601.295,13	R\$ 27.590.922,39	R\$ 24.215.230,98	R\$ 21.662.884,58
Resultado, sem Plano de Amortização	(-R\$ 93.689.576,07)	(-R\$ 117.503.911,67)	(-R\$ 154.129.826,01)	(-R\$ 167.610.859,18)
VASF em capitalização, dos Ativos	R\$ 205.369.544,56	R\$ 250.661.326,72	R\$ 221.252.205,31	R\$ 212.386.878,19
VASF em RCC, dos Ativos	R\$ 21.355.379,78	R\$ 26.161.994,30	R\$ 25.589.275,78	R\$ 26.020.394,68
VASF em capitalização, dos Aposentados	R\$ 20.318.063,01	R\$ 28.346.463,51	R\$ 39.972.988,27	R\$ 44.744.375,44
VASF em RCC, dos Aposentados	R\$ 1.630.550,38	R\$ 2.286.843,51	R\$ 3.287.495,96	R\$ 3.775.351,93
% de COMPREV sobre os VABF Total	8,14%	7,77%	7,27%	7,13%
Cobertura da Provisão de Benef. Concedidos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Índice Geral de Cobertura de Provisões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Notas: (1) Plano de Amortização, se estabelecido em Lei e mantido adimplente				
(2) Hipótese exigida pela Portaria MPS 403/2008, com a redação de 18/01/2013. Na presente Avaliação o resultado da Geração Futura NÃO compôs o resultado				

Conforme pode ser observado nos quadros Q17 e Q18, o plano de benefícios, na data focal, apresenta déficit atuarial, gerado não necessariamente no exercício em análise. Comparando o resultado do atual exercício com o resultado dos três exercícios anteriores, verifica-se uma elevação significativa do déficit, em função:

- a) da alteração da massa segurada e da massa salarial;
- b) da não-existência de ativos financeiros para aplicação que proveriam receita financeira;
- c) da elevação maturidade do plano de benefícios, com incremento da ordem de 10,3% do número de aposentados em relação ao ano imediatamente anterior e de 37,6 % em relação ao último biênio.

A exemplo das últimas avaliações, a situação do regime ainda é de insolvência e inliquidez dada à não execução do Plano de Custeio previsto na Lei Municipal e à falta de repasse da integralidade da contribuição patronal, conforme registrado e alertado nas Avaliações anteriores, bem como da não amortização dos recorrentes déficits atuariais. A não execução do Plano de Custeio e à falta de repasse provocou a exaustão dos ativos financeiros do RPPS, já no exercício do ano de 2014, contribuindo para o déficit atuarial e financeiro observado, em função da não rentabilização desses ativos financeiros à taxa de juros de 6,00 % aa acrescida do índice de inflação do ano adotado para o plano. Alia-se a essa situação, o fato de um número crescente de ativos estarem implementando as condições para a aposentadoria, agravando o quadro de insolvência e inliquidez.

Chamamos a atenção para o fato de que o não repasse das contribuições patronais nos níveis exigidos pela Lei Municipal (que exigiu que o RPPS utilizasse os ativos financeiros até sua exaustão) pode configurar, SMJ, uma operação de crédito, na forma de empréstimo compulsório, na qual os Entes patronais (Município e Câmara Municipal), ao reterem e utilizarem-se dos recursos que deveriam ser destinados ao RPPS (segundo o que determina a Lei Orçamentária Anual), financiam-se no RPPS do município, sem que, provavelmente, exista autorização legislativa para a tomada de empréstimo por parte do executivo.

Tal situação ainda é mais preocupante caso os Entes patronais não tiverem feito o registro em suas respectivas demonstrações financeiras do montante de contribuições que deixaram de repassar ao RPPS, bem como do déficit não-amortizado, pois poderia levar tanto a Câmara Municipal, quanto o Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas, no processo de aprovação de contas, a uma avaliação inconsistente sobre os Entes patronais e sua observância à legislação municipais e federal.

Cabe observar que há registro nas demonstrações financeiras do RPPS do montante de contribuição em atraso, porém não temos ciência se existe o registro correspondente nas demonstrações dos Entes, visto não serem os mesmos objetos de análise da presente avaliação.

Verificamos que os gestores do RPPS têm agido sobre os Entes patronais, por ofício, sensibilização, por meio da inscrição de dívida ativa e/ou propositura de ação judicial, sem contudo lograrem êxito em qualquer um dos procedimentos adotados.

Pelo exposto, na data-focal da presente Avaliação Atuarial, é nosso entendimento e parecer que o plano de benefícios do RPPS encontra-se insolvente, não tem capacidade para honrar os compromissos para com os participantes, sejam os que já estão em benefícios, sejam os que ainda irão usufruir de algum benefício, e não apresenta liquidez, dependendo primordialmente de repasse dos Entes Patronais para honrar a folha de benefícios.

8.3 Plano de Custeio

Tendo em vista os resultados obtidos na avaliação realizada, por meio da técnica de *valor presente* e os obtidos pela técnica de *projeção*, apresentamos abaixo o plano de custeio a ser adotado para o próximo exercício, em percentual sobre a folha de salários dos segurados ativos, em Auxílio-Doença e Licença-Maternidade:

Quadro Q19 - Plano de Custeio

Quadro Q19 - Plano de Custeio		
Benefício	Custo Normal	Custo Suplementar
Aposent p/Tempo de Contrib, Idade ou Compulsória	23,57%	11,67%
Aposentadoria por Invalidez	1,94%	
Pensão por Morte de Segurado Ativo	2,15%	
Pensão por Morte de Aposentado Não-Invalído	1,81%	
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,36%	
Auxílio Doença	0,67%	
Licença Maternidade	0,13%	
Auxílio Reclusão	0,01%	
Salário Família	0,22%	
CUSTO PURO	30,86%	
Administração	2,00%	
TOTAL	32,86%	
Base de Incidência das Contribuições **	Folha de Salários de participantes ativos e participantes em Aux. Doença e Salário Maternidade	

Com relação às alíquotas de contribuição dos segurados do(s) ente(s) patronal(s), temos:

Quadro Q20 - Alíquotas de Contribuição

Quadro Q20 - Alíquotas de Contribuição			
Contribuinte	Normal	Suplementar	Para Administração
Ente Público	19,86%	11,67%	2,00%
Servidor Ativo	11,00%	Zero	Zero
Servidor Aposentado**	11,00%	Zero	Zero
Pensionista**	11,00%	Zero	Zero
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público (Normal e Suplementar)	Folha de Salários de contribuição de participantes ativos e participantes em Aux. Doença e Salário Maternidade		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Ativos	Salário de Contribuição		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Aposentados e Pensionistas	Parcela excedente ao teto de contribuição ao RGPS		

No que se refere ao Plano de Custeio dos anos anteriores, apresentamos a seguir um quadro comparativo, para fins de acompanhamento da evolução do mesmo:

Quadro Q21 - Evolução do Plano de Custeio

Quadro Q21 - Evolução do Plano de Custeio				
Benefício	Custo Normal estabelecido para o exercício do ano de:			
	2016	2017	2018	2019
Aposent p/Tempo de Contrib, Idade ou Compulsória	23,76%	24,79%	23,43%	23,57%
Aposentadoria por Invalidez	1,79%	1,80%	1,94%	1,94%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	2,21%	2,19%	2,35%	2,15%
Pensão por Morte de Aposentado Não-Inválida	0,40%	0,51%	1,44%	1,81%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,15%	0,25%	0,37%	0,36%
Auxílio Doença	1,15%	0,95%	0,52%	0,67%
Licença Maternidade	0,18%	0,19%	0,13%	0,13%
Auxílio Reclusão	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Salário Família	0,27%	0,27%	0,26%	0,22%
CUSTO PURO	29,92%	30,96%	30,45%	30,86%
Administração	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
CUSTO NORMAL	31,92%	32,96%	32,45%	32,86%
Custo Suplementar	0,00%	1,00%	10,00%	11,67%
TOTAL	31,92%	33,96%	42,45%	44,53%
Proporção de contribuição Normal dos Participantes	34,5%	33,4%	33,9%	33,5%
% COMPREV sobre VABF	8,14%	7,77%	7,27%	7,13%
Índice de Cobertura das Provisões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% contribuição Patronal (Normal + Suplementar)	20,92%	22,96%	31,45%	33,53%
% contribuição dos Ativos	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
% contribuição dos Aposentados	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
% contribuição dos Pensionistas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%

Observa-se uma elevação gradual e contínua das alíquotas de contribuição, decorrente da alteração da massa de segurados e da não-rentabilização de ativos financeiros.

Para a definição do custo suplementar, cujo objetivo é amortizar o déficit atuarial, entendemos ser necessária manifestação dos Entes patronais de maneira a acordar plano de amortização, tendo em vista que os planos dos anos anteriores não têm sido honrados. Tal custo e definição são necessários de maneira a possibilitar a recomposição do patrimônio do plano, em conformidade com o fluxo estimado de receitas e despesas.

De qualquer forma, apresentamos a seguir a proposta de um plano, por meio de uma alíquota de contribuição suplementar, de responsabilidade apenas os Entes patronais e incidente sobre a folha dos servidores ativos, capaz de amortizar o déficit observado, caso seja regularizado o repasse de contribuições:

Quadro Q22A - Plano de Amortização

Quadro Q22-A Plano de Amortização			Quadro Q22-B - Plano de Amortização - Continuação		
Ano	Alíquotas de Custo Suplementar	Aporte Anual	Ano	Alíquotas de Custo Suplementar	Aporte Anual
2020	11,67%	Não se Aplica	2038	57,99%	Não se Aplica
2021	14,24%	Não se Aplica	2039	60,56%	Não se Aplica
2022	16,82%	Não se Aplica	2040	63,13%	Não se Aplica
2023	19,39%	Não se Aplica	2041	65,71%	Não se Aplica
2024	21,96%	Não se Aplica	2042	68,28%	Não se Aplica
2025	24,54%	Não se Aplica	2043	70,85%	Não se Aplica
2026	27,11%	Não se Aplica	2044	73,43%	Não se Aplica
2027	29,68%	Não se Aplica	2045	76,00%	Não se Aplica
2028	32,26%	Não se Aplica	2046	78,57%	Não se Aplica
2029	34,83%	Não se Aplica	2047	81,15%	Não se Aplica
2030	37,40%	Não se Aplica	2048	83,72%	Não se Aplica
2031	39,98%	Não se Aplica	2049	86,29%	Não se Aplica
2032	42,55%	Não se Aplica	2050	88,87%	Não se Aplica
2033	45,12%	Não se Aplica	2051	91,44%	Não se Aplica
2034	47,69%	Não se Aplica	2052	94,01%	Não se Aplica
2035	50,27%	Não se Aplica	2053	96,59%	Não se Aplica
2036	52,84%	Não se Aplica	2054	0,00%	Não se Aplica
2037	55,41%	Não se Aplica			

Caso as normas e os critérios de concessão de benefícios venham a ser alteradas, o plano de custeio deverá ser reavaliado. Tal revisão deverá ocorrer na avaliação periódica anual prevista na legislação ou, se assim for necessário, no decorrer do exercício no qual ocorra a alteração das normas e critérios de concessão.

9 PROVISÕES, FUNDOS E RESERVAS TÉCNICAS

9.1 Posição das Provisões, Fundos e Reservas Técnicas

Para a manutenção, garantia e solvência do plano de benefícios, deverão ser constituídas provisões, reservas e/ou fundos, em conformidade com a legislação pertinente e as exigidas pela Nota Técnica Atuarial.

O passivo atuarial, consubstanciado pelas provisões técnicas, reservas técnicas e/ou fundos, é composto pela Reserva de Benefícios a Conceder e Reserva Matemática de Benefícios Concedidos.

Dessa maneira, o RPPS apresenta as seguintes posições, na data-focal da presente avaliação, não considerando o efeito da Geração Futura:

Quadro Q24 - Provisão / Fundo / Reserva – Geração Atual

Quadro Q24 - Provisão / Fundo / Reserva – Geração Atual	
Descrição	Montante
1. Reservas Matemáticas	R\$ 167.610.859,18
1.1. Reserva de Benefícios a Conceder	R\$ 116.079.704,26
1.1.1. Aposentadorias e Pensões	R\$ 116.079.704,26
1.1.2. Geração Futura ⁽²⁾	(-R\$ 21.662.884,58)
1.2. Reserva de Benefícios Concedidos	R\$ 51.531.154,92
1.2.1. Aposentadorias	R\$ 44.704.058,51
1.2.2. Pensões	R\$ 6.827.096,41
2. Reserva a Amortizar	R\$ 167.610.859,18
3. Reserva de Benefícios a Regularizar	Zero
4. Reserva de Oscilação de Riscos	Zero
5. Reserva de Contingência ⁽²⁾	Zero
6. Reserva para Ajustes do Plano	Zero
Observações: Valores já liquidados de Compensação Previdenciária	
(2) Resultado demonstrado da Geração Futura, mas NÃO CONSIDERADO nos totais.	
(3) Em caso de superávit observado decorrente de estimativas da Geração Futura, não se recomenda o reconhecimento do mesmo na	

9.2 Reservas e Provisões

As reservas e provisões técnicas exigidas tem natureza e destinação distintas, de forma a atender compromissos específicos do plano de benefícios estabelecido, em virtude dos regimes financeiros adotados. Em função da Nota Técnica Atuarial a natureza e destinação das provisões e fundos são as que se seguem.

9.2.1 Provisão Matemática de Benefícios a Conceder

De acordo com os regimes financeiros adotados, de forma a garantir os benefícios futuros de aposentadoria a serem concedidos pelo RPPS, deverão ser constituídas provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder. Por definição, esta provisão é a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições normais futuras, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado. Para fins de resultado final e contabilização, o saldo da compensação previdenciária estimada deverá compor a posição das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

As provisões de benefícios a conceder deverão ser recalculadas, no mínimo, anualmente, de acordo com a massa existente na época do recálculo. Entre as datas de recálculo, recomenda-se que o montante de reserva seja atualizado pelo índice da hipótese de crescimento inercial da moeda (inflação) acrescido da equivalente mensal da taxa real de juros adotada.

As provisões de benefícios a conceder deverão ser registradas contabilmente como contas de credoras de passivo, separadas por tipo de benefício e, preferencialmente, por regime financeiro.

9.2.2 Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

Para os benefícios já concedidos de aposentadoria e pensão, deverão ser constituídas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos. Por definição a reserva de benefícios

concedidos é a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros para com os segurados aposentados e pensionistas e o valor atual das contribuições normais futuras dos respectivos segurados, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado.

As provisões de benefícios concedidos deverão ser recalculadas, no mínimo, anualmente, de acordo com a massa existente na época do recálculo. Entre as datas de recálculo, recomenda-se que o montante de provisão seja atualizado, no mês em que houver reajuste de benefícios, pelo mesmo índice de reajuste concedido à massa de inativos ou pensionistas a que se refere.

As provisões de benefícios concedidos deverão ser registradas contabilmente como contas de credoras de passivo, e separadas por tipo de benefício (aposentadoria por tempo de contribuição, por idade, por invalidez ou pensão).

9.2.3 Reserva de Contingência

Face a futuras e possíveis oscilações no Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário, torna-se necessário constituir uma reserva de contingência, com parte de eventuais superávits apurados nos exercícios superavitários. Esta reserva deverá ser constituída anualmente, após a apuração dos resultados do exercício.

A constituição desta Reserva será de 100% do superávit técnico apurado no exercício.

A reversão desta reserva deverá ocorrer, obrigatoriamente, em caso de Déficit Técnico, apurado atuarialmente por atuário habilitado e até o limite explicitado no parecer do Atuário.

Esta reserva deverá ser constituída até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas do RPPS, assim entendidas a Reserva de Benefícios a Conceder e a Reserva de Benefícios Concedidos.

9.2.4 Reserva para Ajustes do Plano

Da mesma forma que a Reserva de Contingência, a Reserva para Ajustes do Plano registrará o superávit apurado e que não foi transferido para aquela.

A reversão desta reserva só deverá ocorrer, obrigatoriamente, depois de exaurida a Reserva de Contingência, em caso de Déficit Técnico apurado por atuário habilitado e até o limite explicitado no parecer atuarial.

10 RENTABILIDADE DOS ATIVOS E A META ATUARIAL

O Plano de Benefícios sob responsabilidade da Entidade gestora do RPPS, face às suas características, regimes e métodos financeiros, exige uma rentabilidade mínima do Fundo Garantidor de Benefícios, formado pelas contribuições devidas e demais recursos, bens e direitos incorporados ao Plano.

A rentabilidade mínima (denominada de Meta Atuarial) dos ativos garantidores das

Reservas e Provisões Técnicas, consubstanciados pelo Fundo Garantidor de Benefícios, é estabelecida em função dos parâmetros técnicos adotados para o Plano de Benefícios, bem como em função dos parâmetros mínimos estabelecidos na Lei Federal 9.717/98 e recomendados na Portaria MPS 403/08.

Tal Meta Atuarial (MA) é um parâmetro obtido por meio da conjugação da taxa real de juros, utilizada no Plano de Benefícios, com o parâmetro adotado de inflação (geralmente o INPC ou IPCA), sendo expresso por meio de uma taxa percentual.

A MA é o balizador da rentabilidade mínima que o Fundo Garantidor de Benefícios deve alcançar, sob pena de, se isso não acontecer, tal situação conduzir a Déficit Atuarial e exigir a elevação das taxas de contribuição normais ou o estabelecimento de uma taxa de contribuição suplementar, para amortizar do déficit verificado.

Geralmente apresentamos uma comparação entre a Meta Atuarial (inflação + taxa real de juros) estabelecida para o plano e a rentabilidade alcançada **apenas pelos ativos financeiros** do Fundo Garantidor de Benefícios, bem como o impacto financeiro estimado no resultado do Plano de Benefícios no exercício em análise e nos últimos observados.

Entretanto, dada à falta de repasse de contribuição pelos Entes patronais, o Regime tem operado em regime mensal de caixa, inviabilizando a análise de rentabilidade pela inexistência de fundo garantidor das provisões técnicas.

Recomendamos que deve-se evitar a imobilização do patrimônio ou mantê-la em níveis mínimos, dado que, geralmente, o rendimento da aplicação em imóveis, com algumas honrosas exceções ou no caso de aquisição para especulação no mercado imobiliário pelo RPPS, fica aquém da rentabilidade obtida em aplicações em produtos financeiros. Alia-se a isto, também, a falta de liquidez decorrente de tal aplicação. Relembramos que, a imobilização do patrimônio, pode até ser benéfica a pessoas físicas, mas não a pessoas jurídicas com obrigatoriedade de apresentar um rendimento mínimo sobre o patrimônio em determinado horizonte temporal.

Salientamos que a aplicação financeira dos recursos garantidores das Reservas e Provisões Técnicas, quando existentes, deve ser realizada em instituições financeiras idôneas e solventes, evitando-se ativos de risco ou de baixa rentabilidade.

Por medida prudencial e de boa prática de gestão, é recomendável que a rentabilidade dos ativos do Plano seja acompanhada mês a mês, comparando a Meta Atuarial com a taxa interna de retorno dos investimentos, sempre em um período de 12 meses.

11 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A posição das receitas, despesas, provisões técnicas e demais itens devem ser registradas em conformidade com o Plano de Contas aplicável aos RPPS e ao Ente Federativo.

De maneira a auxiliar em tais registros, apresentamos em anexo ao presente estudo, os montantes relativos às provisões técnicas, referentes apenas à geração atual, sob as respectivas contas da planificação contábil.

Cabe salientar que em caso de divergência entre a sugestão de registro, apresentada no anexo, e as disposições do plano de contas ou o entendimento da área contábil do RPPS, estas devem prevalecer sobre a sugestão apresentada no anexo, visto a competência técnica e legal para tanto.

No caso dos valores relativos à geração futura e não constantes da sugestão de registro no anexo, apresentamos a seguir os valores discriminados, de maneira a possibilitar tais registros, nas contas correspondentes, em conformidade com as determinações do Plano de Contas e da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social:

12 PARECER E CONCLUSÕES

O presente estudo tem como finalidade reavaliar o plano de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do município de Itabela – BA, gerido pela Caixa de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - CAPREMI, na data focal de 31/12/2018, à luz das disposições legais da Emenda Constitucional nº 20/98, da Emenda Constitucional nº 41/03, da Emenda Constitucional nº 47/05, da Lei Complementar Federal Nº 101/00, da Lei Federal nº 9.717/98, da Portarias MPS nº 402/08 e nº 403/08 e da Lei Municipal 316/05, e da legislação municipal pertinente, todas com a redação vigente na data focal da presente avaliação.

Deve-se salientar que, em que pese a Portaria MPS 403/08 ter sido revogada em 19/11/2018, com o advento da Portaria MF 464/2019, a adoção das disposições da Portaria 403/08 na presente avaliação é válida, segundo parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional exarada no parecer SEI Nº 24/2019/CAP/PGACTP/PGFN-ME, de 27 de fevereiro de 2019.

Para a realização da avaliação atuarial foram fornecidos arquivos magnéticos contendo dados dos servidores civis, ativos e inativos, bem como dos eventuais pensionistas oriundos desses de participantes, posicionados em 31/12/2018.

Após a recepção e análise dos dados, foram realizados testes de consistência nas bases de dados. Sobre essas bases, é nosso entendimento que os dados recebidos apresentavam a amplitude e consistência necessárias e adequadas para a realização da presente avaliação e também a desejada atualização. Entretanto, há de se salientar que os resultados e conclusões apresentados são diretamente decorrentes desses.

Na data-focal da presente Avaliação Atuarial, é nosso entendimento e parecer que o plano encontra-se insolvente, não tem capacidade para honrar os compromissos para com os participantes, sejam os que já estão em benefícios, sejam os que ainda irão usufruir de algum benefício, e não apresenta liquidez, dependendo primordialmente de repasse dos Entes Patronais para honrar a folha de benefícios.

No decorrer do exercício do ano de 2018, bem como nos últimos 5 exercícios, **não observamos regularidade no fluxo de contribuição**, não tendo sido executado, tanto o plano de custeio estabelecido para esse exercício e para os anteriores, quanto a termos de parcelamento de dívida, firmado pelos entes patronais com a CAPREMI e estabelecido em lei

municipal, conforme constatamos pelos documentos a nós encaminhados. Ao que parece, tem sido repassado para a CAPREMI apenas o montante necessário de recursos para arcar com a folha de benefícios do mês.

Sobre a falta de repasse da contribuição, verificamos que os gestores do RPPS agido sobre os Entes patronais, por ofício, por sensibilização, por meio da inscrição de dívida ativa e/ou propositura de ação judicial, sem contudo lograr êxito em qualquer um dos procedimentos.

Em constatação, verificamos que apesar de existir Plano de Custeio estabelecido em Lei Municipal, a mesma não tem sido observada pelos Entes Patronais, tendo o Poder Legislativo local desconhecido, de forma sistemática, a não observância de tal dispositivo e aprovado as contas do Poder Executivo, apesar dos ofícios da autarquia gestora do RPPS ao Poder Executivo.

Da mesma forma, não identificamos ação efetiva do Tribunal de Contas ao qual o município presta contas, no sentido de incitar a regularização dos repasses pelos Entes patronais e promover o fiel cumprimento do estabelecido na Lei Municipal.

Pelo que constatamos, a ação tem se limitado à aplicação de multa à unidade gestora do RPPS o que, SMJ, tem efeito inócuo, visto que a unidade gestora não dá causa à situação, não é responsável pelo não-repasse e não tem ordenadores de despesas com poder para repassar as contribuições devidas pelos Entes patronais para si mesma. Esta ação não age sobre a causa do problema efetivamente observado: falta de repasse de contribuição pelo Entes patronais e desrespeito à Lei Municipal que estabeleceu o Plano de Custeio do RPPS do município.

Dada a manutenção da situação dos exercícios anteriores, o plano de benefícios do RPPS do município já não apresenta liquidez e opera, na prática em regime de caixa, inviabilizando todo o arranjo previdenciário estabelecido na Lei Municipal, estando em desacordo com a mesma.

Cabe ainda alertar que a não observância do plano de custeio estabelecido em lei, do termo de parcelamento de dívida e a forma de repasse adotada pelos Entes Patronais nos últimos 8 anos, com retenção e não repasse das contribuições ao RPPS, encerram, SMJ, desconformidade legal dos responsáveis pelos Entes patronais, no que se refere aos dispositivos da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como da Lei Federal 9.717/98, dentre outras, além da própria Lei Municipal e da legislação infralegal emanada do Ministério da Previdência Social e, atualmente, do Ministério da Fazenda.

É importante também salientar que o não repasse das contribuições patronais nos níveis estabelecidos pela Lei Municipal (que exigiu que o RPPS utilizasse os ativos financeiros até sua exaustão) pode configurar, assim entendemos, uma operação de crédito, na forma de empréstimo compulsório, na qual os Entes patronais, ao reterem e utilizarem-se dos recursos que deveriam ser destinados ao RPPS, segundo a mandatária Lei Municipal, financiam-se de maneira implícita no RPPS do município, sem que, provavelmente, exista autorização legislativa para a tomada de empréstimo por parte do executivo.

Com relação ao Plano de Custeio, para o próximo exercício, deverão passar a vigorar as seguintes alíquotas de contribuição para os participantes e para o(s) ente(s) patronal(s):

Quadro Q20 - Alíquotas de Contribuição			
Contribuinte	Normal	Suplementar	Para Administração
Ente Público	19,86%	11,67%	2,00%
Servidor Ativo	11,00%	Zero	Zero
Servidor Aposentado**	11,00%	Zero	Zero
Pensionista**	11,00%	Zero	Zero
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público	Folha de Salários de contribuição de participantes ativos e participantes		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Ativos	Salário de Contribuição		
Base de Incidência das Contribuições Normais dos	Parcela excedente ao teto de contribuição ao RGPS		

As provisões e reservas deverão ser contabilizadas em conformidade com o plano de contas da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Fazenda.

A alteração de qualquer parâmetro na concessão de benefícios ou no reajuste dos mesmos, requer prévio estudo atuarial, como meio de se averiguar o impacto da alteração desejada no plano de benefícios e no plano de custeio. A inobservância deste princípio, além de invalidar o plano de custeio definido na avaliação atuarial, poderá vir a afetar seriamente o RPPS, na medida em que o mesmo poderá assumir compromissos para com os participantes para os quais não exista fonte de custeio prevista e/ou não existam recursos suficientes a médio ou longo prazo.

Por fim, reiteramos sobre a importância de regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pela(s) patrocinadora(s) ou participantes deverão ser atualizadas monetariamente e acrescidas de juros equivalentes, no mínimo, à taxa média das aplicações do período de atraso, a partir da data em que forem devidas, sem prejuízo de multa e juros moratórios. Isto decorre do fato de que, sendo as contribuições parte integrante do plano de custeio (e responsabilidade assumida pelo(s) entes empregadores(s) e participantes), a falta de repasse ou atraso e sua consequente não incorporação ao Fundo Garantidor de Benefícios, além de inviabilizar o RPPS a médio prazo, resulta em déficit futuro, certo e previsível

Esclarecemos que, pelos regimes financeiros adotados, o plano de custeio deverá ser reavaliado atuarialmente, pelo menos, anualmente, de forma a garantir a consistência e o equilíbrio técnico do regime.

Cumpre-nos observar ainda que não foram contemplados os impactos de ações judiciais que estejam ou possam vir a serem ajuizadas contra o(s) Ente(s) Patronal(s), contra a própria entidade gestora do RPPS ou seus gestores, ações essas relativas a questões trabalhistas, relativas ao nível dos benefícios já pagos ou a pagar, ou ainda a critérios de concessão.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2019.


Marcelo Nascimento Soares
 Atuário – Reg Mtbps 759

ANEXOS

Quadro Q24-A – Escrituração Contábil

Código	Quadro Q31 - Escrituração Contábil	Valores	Tipo
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	R\$ 62.679,93	Credora
2.2.7.2.1.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	R\$ 62.679,93	Credora
2.2.7.2.1.01.00	Plano Financeiro – Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.01.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.03	(-) Contribuições do Inativo para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.04	(-) Contribuição do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.01.07	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.00	Plano Financeiro – Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.02.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.05	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.02.06	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 51.531.154,92	Credora
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 51.571.471,86	Credora
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 40.316,93	Devedora
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 116.142.384,19	Credora
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 189.581.293,48	Credora
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 37.421.897,39	Devedora
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 18.830.780,94	Devedora
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 17.186.230,96	Devedora
2.2.7.2.1.04.05	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	Devedora
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário – Plano de Amortização	R\$ 167.610.859,18	Devedora
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	R\$ 167.610.859,18	Devedora
2.2.7.2.1.06.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Financeiro	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.06.01	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.02	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.03	Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.04	Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios	R\$ 0,00	Credora
2.2.7.2.1.07.98	Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00	Credora

Quadro Q25 – Frequência e Folha Mensal de Salários de Contribuição de Ativos, por Idade e Sexo

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de	Fx	Folha de	Fx	Folha de
26	1	1.446,90			1	1.446,90
27	1	1.001,70	5	5.883,20	6	6.884,90
28	7	11.064,32	4	5.421,52	11	16.485,84
29	5	6.153,30	5	7.016,18	10	13.169,48
30	5	5.552,28	9	11.928,32	14	17.480,60
31	8	11.944,14	9	17.196,42	17	29.140,56
32	15	25.439,27	6	8.244,58	21	33.683,85
33	11	15.599,03	7	10.545,25	18	26.144,28
34	12	18.053,31	4	8.120,23	16	26.173,54
35	14	19.713,86	8	11.252,73	22	30.966,59
36	16	29.912,93	10	18.902,21	26	48.815,14
37	20	35.750,54	10	20.070,06	30	55.820,60
38	23	46.637,99	16	27.332,89	39	73.970,88
39	24	55.178,09	12	26.213,94	36	81.392,03
40	25	63.120,77	10	20.951,64	35	84.072,41
41	39	101.814,12	16	34.629,72	55	136.443,84
42	33	76.186,83	10	19.043,99	43	95.230,82
43	41	96.033,76	13	25.321,63	54	121.355,39
44	36	97.567,51	11	16.887,73	47	114.455,24
45	33	70.814,71	5	6.999,10	38	77.813,81
46	42	113.138,72	4	8.272,36	46	121.411,08
47	21	57.662,04	7	13.572,24	28	71.234,28
48	39	99.066,11	7	13.866,38	46	112.932,49
49	28	77.518,17	12	28.090,15	40	105.608,32
50	25	61.446,63	15	29.846,22	40	91.292,85
51	23	53.668,35	8	18.414,70	31	72.083,05
52	15	31.023,11	11	21.792,92	26	52.816,03
53	21	39.362,57	8	13.992,42	29	53.354,99
54	11	28.302,91	3	7.371,49	14	35.674,40
55	16	39.946,42	5	10.433,74	21	50.380,16
56	13	19.120,75	6	10.087,09	19	29.207,84
57	7	11.960,09	2	5.141,16	9	17.101,25
58	14	23.440,19	2	3.027,18	16	26.467,37
59	8	18.446,00	4	5.756,04	12	24.202,04
60	11	19.493,58	5	7.947,35	16	27.440,93
61	3	4.126,78	4	9.801,44	7	13.928,22
62	2	4.250,10	4	5.394,70	6	9.644,80
63	2	3.120,86	2	5.299,92	4	8.420,78
64	1	3.462,35	1	1.600,70	2	5.063,05
65			4	8.260,07	4	8.260,07
66	1	1.136,65	1	1.908,00	2	3.044,65
67	3	5.418,31	3	4.905,21	6	10.323,52
68	4	7.651,08	1	1.001,70	5	8.652,78
71	4	5.545,41			4	5.545,41
72	1	3.628,31			1	3.628,31
74			2	5.385,19	2	5.385,19
Total	684	1.520.920,85	291	543.129,71	975	2.064.050,56

Quadro Q26 - Estatísticas de Segurados Ativos por CNPJ/Lotação por Poder

CNPJ -/- Lotação	Feminino						Masculino					
	Fx	SC Médio	Idade Média de Entrada	Idade Média Atual	Idade Média de saída	Folha de SC	Fx	SC Médio	Idade Média de Entrada	Idade Média Atual	Idade Média de saída	Folha de SC
Professores da Educação Básica	332	R\$ 3.056,80	25,3	46,2	54,5	R\$ 1.014.858,75	77	R\$ 2.976,05	24,4	45,7	58,5	R\$ 229.156,08
16.234.429/0001-83 Prefeitura Mun. Itabela	332	R\$ 3.056,80	25,3	46,2	54,5	R\$ 1.014.858,75	77	R\$ 2.976,05	24,4	45,7	58,5	R\$ 229.156,08
Servidores	350	R\$ 1.439,30	26,4	44,2	58,8	R\$ 503.753,42	160	R\$ 1.475,25	25,1	43,7	62,7	R\$ 236.040,18
16.234.429/0001-83 Prefeitura Mun. Itabela	347	R\$ 1.408,05	26,4	44,2	58,7	R\$ 488.592,73	158	R\$ 1.456,53	25,1	43,5	62,6	R\$ 230.131,28
16.234.544/0001-58 Câmara Mun. Itabela	3	R\$ 5.053,56	26,0	48,0	60,7	R\$ 15.160,69	2	R\$ 2.954,45	25,0	59,5	70,5	R\$ 5.908,90
Guarda Municipal	2	R\$ 1.154,34	22,5	31,5	56,0	R\$ 2.308,68	54	R\$ 1.443,21	25,0	44,0	59,9	R\$ 77.933,45
16.234.429/0001-83 Prefeitura Mun. Itabela	2	R\$ 1.154,34	22,5	31,5	56,0	R\$ 2.308,68	54	R\$ 1.443,21	25,0	44,0	59,9	R\$ 77.933,45
Total Geral	684	R\$ 2.223,57	25,8	45,2	56,7	R\$ 1.520.920,85	291	R\$ 1.866,43	24,9	44,3	61,1	R\$ 543.129,71

Quadro Q28 – Frequência e Folha de Aposentados, por Sexo e Idade

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios
21			1	954,00	1	954,00
34	1	954,00			1	954,00
39	1	954,00			1	954,00
40	1	1.386,18			1	1.386,18
41	1	3.277,58			1	3.277,58
43	3	7.217,94			3	7.217,94
44	1	2.912,49	1	954,00	2	3.866,49
45			1	1.213,46	1	1.213,46
47	2	3.729,68			2	3.729,68
49	3	6.354,93			3	6.354,93
51	5	17.311,88	1	1.049,33	6	18.361,21
52	7	26.792,22			7	26.792,22
53	5	13.469,02			5	13.469,02
54	3	7.509,16			3	7.509,16
55	6	21.125,02			6	21.125,02
56	3	6.544,14	1	1.483,84	4	8.027,98
57	5	12.595,18			5	12.595,18
58	6	18.186,72			6	18.186,72
59	4	8.205,27			4	8.205,27
60	4	8.807,50			4	8.807,50
61	7	10.088,12			7	10.088,12
62	6	16.108,22	1	1.469,25	7	17.577,47
63	12	19.272,76	1	1.287,94	13	20.560,70
64	6	5.990,36			6	5.990,36
65	3	2.862,00			3	2.862,00
66	5	7.154,67	3	2.862,00	8	10.016,67
67	3	3.034,37	2	1.908,00	5	4.942,37
68	1	3.311,85	1	954,00	2	4.265,85
69	5	8.096,04	3	3.146,49	8	11.242,53
70	1	2.861,48	1	954,00	2	3.815,48
71	5	7.434,66	3	2.862,00	8	10.296,66
72	4	3.816,00	3	4.119,43	7	7.935,43
73	5	4.770,00	1	954,00	6	5.724,00
74			2	3.530,49	2	3.530,49
75	2	1.908,00			2	1.908,00
76	1	954,00	1	954,00	2	1.908,00
77	2	1.908,00			2	1.908,00
78			1	954,00	1	954,00
79	1	954,00	1	954,00	2	1.908,00
81			1	954,00	1	954,00
82			1	954,00	1	954,00
Total Geral	130	267.857,44	31	34.472,23	161	302.329,67

Quadro Q29 – Frequência e Folha de Pensionistas, por Sexo e Idade

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios
10	2	1.034,47			2	1.034,47
13	1	572,36			1	572,36
14	1	597,74			1	597,74
15			2	5.556,18	2	5.556,18
18			1	2.752,50	1	2.752,50
19	2	1.129,83	1	597,74	3	1.727,57
30	1	1.100,91			1	1.100,91
33	1	1.431,00			1	1.431,00
35	1	477,00			1	477,00
45			1	557,47	1	557,47
46	1	620,06			1	620,06
47			1	3.425,48	1	3.425,48
50	1	1.004,50	1	954,00	2	1.958,50
51	1	984,23			1	984,23
53	1	954,00	2	2.714,66	3	3.668,66
56	1	670,12			1	670,12
58	1	954,00			1	954,00
59			1	1.136,65	1	1.136,65
60	1	670,12	1	954,00	2	1.624,12
62			1	1.143,94	1	1.143,94
63			1	2.979,70	1	2.979,70
65	2	1.908,00			2	1.908,00
66	2	2.707,92	1	954,00	3	3.661,92
67	2	1.574,06	1	954,00	3	2.528,06
68			2	2.306,06	2	2.306,06
69	1	954,00			1	954,00
72	2	2.381,17			2	2.381,17
74	2	1.908,00			2	1.908,00
77	2	1.908,00	1	981,44	3	2.889,44
82			1	954,00	1	954,00
84	1	954,00			1	954,00
Total Geral	30	26.495,49	19	28.921,82	49	55.417,31

Quadro Q30 - Demonstrativo da Projeção Atuarial de Receitas e Despesas (RREO-Anexo 10-LRF, art. 53, §1º, II)

MUNICÍPIO DE ITABELA - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2019 A 2093

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00 Nota: GERAÇÃO FUTURA NÃO considerada

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc Anterior) + (c)
2019	8.404.139,38	4.727.527,08	3.676.612,30	3.676.612,30
2020	8.299.094,51	6.773.232,05	1.525.862,46	5.202.474,76
2021	8.306.059,10	7.530.962,34	775.096,75	5.977.571,51
2022	8.322.256,51	7.935.949,90	386.306,61	6.363.878,13
2023	8.129.612,46	9.324.603,37	(-1.194.990,90)	5.168.887,22
2024	7.967.960,41	10.044.645,28	(-2.076.684,87)	3.092.202,35
2025	7.705.779,08	10.996.696,86	(-3.290.917,78)	(-198.715,43)
2026	7.298.181,70	12.293.336,68	(-4.995.154,98)	(-5.193.870,41)
2027	6.824.725,58	14.957.175,65	(-8.132.450,07)	(-13.326.320,48)
2028	6.492.529,29	16.823.399,02	(-10.330.869,73)	(-23.657.190,21)
2029	6.163.330,43	18.625.064,74	(-12.461.734,31)	(-36.118.924,52)
2030	5.415.197,37	22.606.450,80	(-17.191.253,43)	(-53.310.177,95)
2031	5.091.231,22	24.243.427,08	(-19.152.195,86)	(-72.462.373,81)
2032	4.847.607,79	25.438.048,57	(-20.590.440,78)	(-93.052.814,58)
2033	4.661.012,26	26.265.963,29	(-21.604.951,03)	(-114.657.765,62)
2034	4.477.446,33	27.035.061,35	(-22.557.615,03)	(-137.215.380,64)
2035	4.305.717,43	27.690.258,39	(-23.384.540,96)	(-160.599.921,60)
2036	4.124.721,50	28.342.045,11	(-24.217.323,61)	(-184.817.245,21)
2037	3.910.852,23	29.129.574,13	(-25.218.721,90)	(-210.035.967,11)
2038	3.810.741,49	29.266.065,03	(-25.455.323,53)	(-235.491.290,65)
2039	3.546.321,92	30.210.294,71	(-26.663.972,79)	(-262.155.263,44)
2040	3.391.712,04	30.523.471,74	(-27.131.759,70)	(-289.287.023,14)
2041	3.308.052,58	30.404.541,45	(-27.096.488,86)	(-316.383.512,00)
2042	3.042.728,31	31.203.504,28	(-28.160.775,97)	(-344.544.287,97)
2043	2.915.510,09	31.187.577,09	(-28.272.067,00)	(-372.816.354,97)
2044	2.758.649,34	31.265.849,32	(-28.507.199,98)	(-401.323.554,95)
2045	2.624.788,13	31.147.507,55	(-28.522.719,42)	(-429.846.274,37)
2046	2.520.311,91	30.805.391,04	(-28.285.079,13)	(-458.131.353,50)
2047	2.380.207,07	30.577.432,32	(-28.197.225,25)	(-486.328.578,75)
2048	2.249.927,94	30.223.074,90	(-27.973.146,95)	(-514.301.725,70)
2049	2.161.478,84	29.579.770,72	(-27.418.291,88)	(-541.720.017,58)
2050	2.024.841,47	29.108.690,93	(-27.083.849,46)	(-568.803.867,04)
2051	1.910.197,26	28.453.948,68	(-26.543.751,42)	(-595.347.618,46)
2052	1.812.641,80	27.644.210,35	(-25.831.568,55)	(-621.179.187,01)
2053	1.710.620,76	26.790.684,33	(-25.080.063,57)	(-646.259.250,58)
2054	1.610.882,92	25.864.405,27	(-24.253.522,35)	(-670.512.772,93)
2055	1.530.360,67	24.787.742,89	(-23.257.382,22)	(-693.770.155,15)
2056	1.448.428,14	23.668.751,05	(-22.220.322,91)	(-715.990.478,07)
2057	1.365.484,00	22.512.590,80	(-21.147.106,80)	(-737.137.584,87)
2058	1.281.960,95	21.325.328,52	(-20.043.367,57)	(-757.180.952,43)
2059	1.198.319,21	20.113.926,04	(-18.915.606,82)	(-776.096.559,26)
2060	1.115.038,55	18.886.061,12	(-17.771.022,58)	(-793.867.581,84)
2061	1.032.610,87	17.650.005,03	(-16.617.394,16)	(-810.484.976,00)
2062	951.531,42	16.414.425,04	(-15.462.893,62)	(-825.947.869,62)
2063	872.288,06	15.188.157,29	(-14.315.869,24)	(-840.263.738,85)
2064	795.351,50	13.980.016,32	(-13.184.664,82)	(-853.448.403,67)
2065	721.163,43	12.798.592,19	(-12.077.428,76)	(-865.525.832,43)
2066	650.125,31	11.652.015,14	(-11.001.889,82)	(-876.527.722,26)
2067	582.589,23	10.547.747,39	(-9.965.158,16)	(-886.492.880,42)
2068	518.850,01	9.492.402,68	(-8.973.552,67)	(-895.466.433,09)
2069	459.139,61	8.491.631,68	(-8.032.492,06)	(-903.498.925,15)
2070	403.623,69	7.550.011,53	(-7.146.387,84)	(-910.645.312,99)
2071	352.402,03	6.671.004,30	(-6.318.602,26)	(-916.963.915,26)
2072	305.510,18	5.856.956,46	(-5.551.446,28)	(-922.515.361,54)
2073	262.923,54	5.109.105,53	(-4.846.181,99)	(-927.361.543,52)
2074	224.561,68	4.427.623,82	(-4.203.062,15)	(-931.564.605,67)
2075	190.293,82	3.811.728,14	(-3.621.434,31)	(-935.186.039,98)
2076	159.945,57	3.259.795,54	(-3.099.849,97)	(-938.285.889,95)
2077	133.304,62	2.769.439,26	(-2.636.134,64)	(-940.922.024,60)
2078	110.128,80	2.337.627,44	(-2.227.498,63)	(-943.149.523,23)
2079	90.154,11	1.960.826,91	(-1.870.672,80)	(-945.020.196,02)
2080	73.102,43	1.635.115,98	(-1.562.013,55)	(-946.582.209,57)
2081	58.688,66	1.356.284,32	(-1.297.595,66)	(-947.879.805,24)
2082	46.627,59	1.119.931,63	(-1.073.304,04)	(-948.953.109,28)
2083	36.640,30	921.579,11	(-884.938,81)	(-949.838.048,09)
2084	28.459,52	756.799,36	(-728.339,84)	(-950.566.387,93)
2085	21.833,87	621.330,27	(-599.496,40)	(-951.165.884,33)
2086	16.530,59	511.128,17	(-494.597,58)	(-951.660.481,91)
2087	12.337,78	422.421,41	(-410.083,63)	(-952.070.565,55)
2088	9.065,81	351.755,06	(-342.689,24)	(-952.413.254,79)
2089	6.547,71	296.008,10	(-289.460,39)	(-952.702.715,18)
2090	4.638,76	252.403,87	(-247.765,11)	(-952.950.480,29)
2091	3.215,59	218.517,46	(-215.301,86)	(-953.165.782,15)
2092	2.174,70	192.270,45	(-190.095,75)	(-953.355.877,91)
2093	1.430,16	171.906,92	(-170.476,75)	(-953.526.354,66)

Fonte: Resultados da Avaliação Atuarial

Notas: (1) Projeção Atuarial constante da Avaliação Atuarial
(2) Hipóteses e Parâmetros Básicos:

<p>Gerção Futura: NÃO considerada Plano de Amortiz: NÃO considerado Tábua de Mortalidade Geral: AT-83-Male-Basic Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE 2017 - Ambos Tábua de Entrada em Invalidez: Alvaro-Vindas Crescimento Real de salários: 1,00% aa</p>	<p>Receita Financeira: considerada Auxílios Previden.: NÃO considerados Taxa Real de Juros: 6,00% Crescimento Real do Teto do RGPS: 0,00% aa Crescimento PIB: zero Crescimento Vegetativo: zero Crescimento Real de benefícios: 0,00% aa</p>
---	--

Categoria	Massa Salarial	Frequencia	Idade Média
Ativos	R\$ 2.064.050,56	975	45
Aposentados	R\$ 302.329,67	161	61
Pensionistas	R\$ 56.606,90	49	52

MUNICÍPIO DE ITABELA - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 A 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00 Nota: GERAÇÃO FUTURA NÃO considerada

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = ("d" exere Anterior) + (c)
2094	911,19	155.963,14	(-155.051,95)	(-953.681.406,61)
2095	560,04	143.237,96	(-142.677,92)	(-953.824.084,54)
2096	330,43	132.766,27	(-132.435,84)	(-953.956.520,37)
2097	186,13	123.793,52	(-123.607,39)	(-954.080.127,76)
2098	99,50	115.749,39	(-115.649,89)	(-954.195.777,65)
2099	50,08	108.221,86	(-108.171,78)	(-954.303.949,43)
2100	23,48	100.933,73	(-100.910,25)	(-954.404.859,68)
2101	10,10	93.718,02	(-93.707,92)	(-954.498.567,60)
2102	3,92	86.494,58	(-86.490,66)	(-954.585.058,26)
2103	1,34	79.251,50	(-79.250,16)	(-954.664.308,41)
2104	0,39	72.025,11	(-72.024,72)	(-954.736.333,14)
2105	0,09	64.881,23	(-64.881,14)	(-954.801.214,27)
2106	0,02	57.900,40	(-57.900,39)	(-954.859.114,66)
2107	0,00	51.165,46	(-51.165,46)	(-954.910.280,12)
2108	0,00	44.749,59	(-44.749,59)	(-954.955.029,70)
2109	0,00	38.713,45	(-38.713,45)	(-954.993.743,15)
2110	0,00	33.104,91	(-33.104,91)	(-955.026.848,06)
2111	0,00	27.959,45	(-27.959,45)	(-955.054.807,51)
2112	0,00	23.300,60	(-23.300,60)	(-955.078.108,11)
2113	0,00	19.140,58	(-19.140,58)	(-955.097.248,69)
2114	0,00	15.480,63	(-15.480,63)	(-955.112.729,32)
2115	0,00	12.311,42	(-12.311,42)	(-955.125.040,74)
2116	0,00	9.613,74	(-9.613,74)	(-955.134.654,48)
2117	0,00	7.357,06	(-7.357,06)	(-955.142.011,54)
2118	0,00	5.503,90	(-5.503,90)	(-955.147.515,44)
2119	0,00	4.012,86	(-4.012,86)	(-955.151.528,30)
2120	0,00	2.840,66	(-2.840,66)	(-955.154.368,95)
2121	0,00	1.943,50	(-1.943,50)	(-955.156.312,46)
2122	0,00	1.278,09	(-1.278,09)	(-955.157.590,55)
2123	0,00	802,53	(-802,53)	(-955.158.393,09)
2124	0,00	477,28	(-477,28)	(-955.158.870,37)
2125	0,00	266,19	(-266,19)	(-955.159.136,56)
2126	0,00	137,51	(-137,51)	(-955.159.274,08)
2127	0,00	64,77	(-64,77)	(-955.159.338,85)
2128	0,00	27,25	(-27,25)	(-955.159.366,09)
2129	0,00	9,95	(-9,95)	(-955.159.376,04)
2130	0,00	3,03	(-3,03)	(-955.159.379,07)
2131	0,00	0,72	(-0,72)	(-955.159.379,79)
2132	0,00	0,12	(-0,12)	(-955.159.379,91)
2133	0,00	0,01	(-0,01)	(-955.159.379,92)
2134	0,00	0,00	(-0,00)	(-955.159.379,92)
2135	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2136	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2137	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2138	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2139	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2140	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2141	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2142	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2143	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2144	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2145	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2146	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2147	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2148	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2149	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2150	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2151	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2152	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2153	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2154	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2155	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2156	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2157	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2158	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2159	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2160	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2161	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2162	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2163	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2164	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2165	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2166	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2167	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)
2168	0,00	0,00	0,00	(-955.159.379,92)

Fonte: Resultados da Avaliação Atuarial

Notas: (1) Projeção Atuarial , constante da Avaliação Atuarial , elaborada com as hipóteses e parâmetros básicos abaixo.

Geração Futura: NÃO considerada

Receita Financeira: considerada

Plano de Amortiz: NÃO considerado

Auxílios Previden.: NÃO considerados

Tábua de Mortalidade Geral: AT-83-Male-Basic

Taxa Real de Juros: 6,00%

Tábua de Mortalidade de Inválidos: IBGE 2017 - Ambos

Crescimento Real do Teto do RGPS: 0,00% aa

Tábua de Entrada em Invalidez: Alvaro-Vindas

Crescimento PIB: zero Crescimento Vegetativo: zero

Crescimento Real de salários: 1,00% aa

Crescimento Real de benefícios: 0,00% aa

Categoria	Massa Salarial	Frequencia	Idade Media
Ativos	R\$ 2.064.050,56	975	45
Aposentados	R\$ 302.329,67	161	61
Pensionistas	R\$ 56.606,90	49	52